



Tribunal de Contas

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2016

INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA E INDICADORES

MAIO DE 2017

ÍNDICE

I – Sessões de decisões do Tribunal	6
II - Recomendações	7
Número de recomendações formuladas	7
Acolhimento de recomendações	7
III – Controlo prévio	8
Número e caracterização dos processos	8
Volume financeiro dos processos controlados	11
Indicadores financeiros	12
Recursos ordinários	12
Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras	13
Indicadores financeiros (ARF)	14
IV – Controlo concomitante	15
Adicionais a contratos visados	15
Auditorias de fiscalização concomitante	15
Indicadores financeiros	16
V – Controlo sucessivo	17
Auditorias por área de atuação e tipologia	17
Lista de auditorias/VEC/pareceres concluídos/N.º Recomendações	19
Lista do valor financeiro dos factos de auditoria/VEC/pareceres detetados	21
Lista dos impactos financeiros em sede de controlo sucessivo conhecidos em 2015	30
Verificação interna de contas	32
Entidades objeto de controlo	33
Relatórios de órgãos de controlo interno	49
Participações, exposições, queixas e denúncias	50
VI – Efetivação de responsabilidades	51
Responsabilidade financeira sancionatória	51
Responsabilidade financeira – 3.ª Secção e Secções Regionais	53
VII – O Ministério Público junto do Tribunal de Contas	56
O Ministério Público e a efetivação de responsabilidades	56
Participações do Ministério Público a outras jurisdições	57
VIII - Elementos complementares da Conta Consolidada	59

RELAÇÃO DE SIGLAS

ADSE	Direção Geral de Proteção Social aos Funcionários e Agentes da Administração Pública
AEO	Acompanhamento da execução orçamental
APIFARMA	Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica
APRAM	Administração dos portos da Região Autónoma da Madeira
ARF	Apuramento de responsabilidades financeiras
AT	Autoridade tributária
CALRA	Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
CGE	Conta Geral do Estado
CRA	Conta da Região Autónoma
CSR	Contribuição de serviço rodoviário
EDIA	Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, SA
EEM	Entidade empresarial municipal
EPE	Entidade pública empresarial
ESHTE	Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
FFP	Fundo Florestal Permanente
ICNF	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGCP	Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E
IGEC	Inspeção-geral da Educação e Ciência
IPSAS	International Public Sector Accounting Standards
FAHBS	Fundo de Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor
FCNB	Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade
LOPTC	Lei de organização e processo do Tribunal de Contas
MP	Ministério Público
MPE	Madeira Parques Empresariais SA
NCP	Normas de contabilidade pública
OE	Orçamento do Estado
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado
POC	Plano oficial de contabilidade

POCISSSS	Plano oficial de contabilidade das Instituições do Sistema de Solidariedade e de Segurança Social
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira
PPP	Parcerias Público Privadas
RA	Região autónoma
RAM	Região Autónoma da Madeira
SATU Oeiras	Sistema Automático de Transporte Urbano de Oeiras EM, SA
SESARAM	Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, EPE
SFA	Serviços e fundos autónomos
SI	Serviços Integrados
SNC-AP	Sistema de normalização contabilística para administrações públicas
SPE	Setor público empresarial
SRA	Secção Regional dos Açores
SRM	Secção Regional da Madeira
SS	Segurança Social
TC	Tribunal de Contas
UCSP	Unidade de cuidados de saúde personalizados
USF	Unidade de saúde familiar
VEC	Verificação externa de contas
VIC	Verificação interna de contas

O presente volume, de informação estatística e indicadores, apresenta os dados agregados da Sede, Secção Regional do Açores e Secção Regional da Madeira.

I – SESSÕES E DECISÕES DO TRIBUNAL

As deliberações e decisões do Tribunal de Contas são tomadas, na Sede, em Plenário Geral, Plenário de Secção, Subsecção (três juízes), em sessão diária de visto e por Juiz singular. Nas Secções Regionais, em coletivo especial, sessão ordinária, sessão diária de visto e audiência de julgamento.

Número de sessões e decisões do Tribunal em 2016

Plenário Geral e Secções do Tribunal	Sessões	Decisões	Sentenças	Acórdãos	Resoluções	Relatórios Auditorias VEC e ARF	Outros relatórios e Pareceres CGE, CRA e CALRA
Plenário Geral do Tribunal	7			1	2		1
1.ª Secção - plenário e subsecção	26			32	3	14	
1.ª Secção - sessões diárias de visto		1.427					
1.ª Secção - juiz singular		7	15				
2.ª Secção - plenário e subsecção	33				7	39	
2.ª Secção - juiz singular		2	9				
3.ª Secção - plenário	9	3	8				
3.ª Secção - juiz singular	12			26			
Secção Regional dos Açores							
Sessões diárias de visto	54	139					
Sessões ordinárias e extraordinárias	17	21				18	
Audiências de julgamento (*)			2				
Sessões especiais	1						2
Decisões em processo autónomo de multa		5	8				
Secção Regional da Madeira							
Sessões diárias de visto	51						
Sessões ordinárias e extraordinárias	12	1				21	1
Audiências de julgamento	24		24				
Sessões especiais	2						3
Decisões em processo autónomo de multa			1				

(*) Foram proferidas duas sentenças em processos cuja audiência de julgamento ocorreu em 2015

ARF - Apuramento de responsabilidades financeiras

CALRA - Conta da Assembleia Legislativa da Região Autónoma

CGE - Conta Geral do Estado

CRA - Conta da Região Autónoma

VEC - Verificação externa de contas

VIC - Verificação interna de contas

II – RECOMENDAÇÕES

NÚMERO DE RECOMENDAÇÕES FORMULADAS

A Lei n.º 98/97, de 26 de agosto (Lei de organização e processo do Tribunal de Contas – LOPTC) prevê o poder do Tribunal de Contas (TC) formular recomendações no âmbito da sua atividade, constituindo as mesmas instrumentos essenciais da sua atuação.

Número de recomendações formuladas em 2016

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Fiscalização prévia	953	1	36	990
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	25		5	30
Auditorias de controlo concomitante	32	16	43	91
Pareceres (CGE, CRA)	98	20	6	124
Acompanhamento da execução orçamental	10			10
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	473	46	31	550
Verificação interna de contas	452	40	1	493
Total	2.043	123	122	2.288

Nota: Por cada recomendação dirigida a mais de uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a que se formularam.

ACOLHIMENTO DE RECOMENDAÇÕES

Em 2016 o Tribunal teve conhecimento do acolhimento de 669 recomendações, formuladas no ano ou em anos anteriores.

Número de recomendações acolhidas em 2016

Tipo de processo	Sede	SRA	SRM	Total
Ações para apuramento de responsabilidades financeiras	2		8	10
Auditorias de controlo concomitante	1	6	12	19
Auditorias e VEC de controlo sucessivo	295	37	85	417
Pareceres (CGE, CRA)	36	5	2	43
Verificação Interna de Contas	156	17	7	180
Total	490	65	114	669

III – CONTROLO PRÉVIO

NÚMERO E CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS

Nos termos da LOPTC, compete à 1.ª Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro prévio, o qual é exercido mediante a concessão ou recusa de visto aos atos, contratos e outros instrumentos geradores de encargos.

Movimento processual no ano

Processos de visto/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	389	16	26	431
Entrados no ano	2.980	116	229	3.325
Total para análise no ano	3.369	132	255	3.756
Cancelados	93	4	2	99
Devolvidos por não estarem sujeitos a visto	180	3	16	199
Recusado o visto	22	19		41
Visados *	2.534	80	226	2.840
Visto tácito **	63			63
Total concluído no ano	2.892	106	244	3.242
Transitados para o ano seguinte	477	26	11	514

* Inclui processos com declaração de conformidade homologada

** Formação de visto nos atos, contratos e outros documentos sujeitos a fiscalização prévia cuja decisão não tenha ocorrido no prazo de 30 dias após a data de registo de entrada no TC (exclui sábados, domingos e feriados).

Movimento processual – comparação com 2015



Em 2016, foram efetuadas 3 771 devoluções de processos para complemento de instrução ou esclarecimento de dúvidas (3 343 na Sede, 155 na SRA e 253 na SRM).

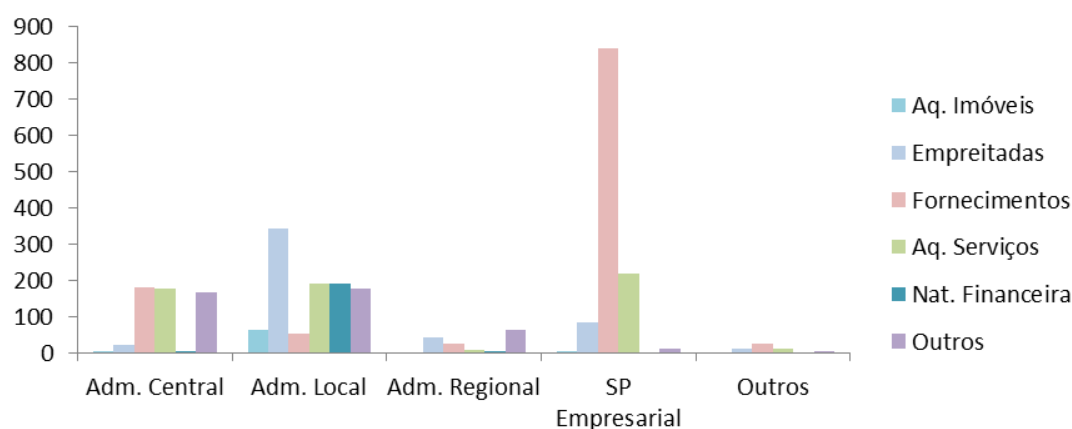
Por outro lado, foram efetuadas 3 697 reaberturas deste tipo de processos (3 289 na Sede, 138 na SRA e 270 na SRM).

Origem dos processos objeto de controlo prévio

Origem	Espécie processual						Total	
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	N.º	Peso
Adm. Central	1	22	179	175	1	165	543	18,8%
Adm. Local	62	341	52	190	190	175	1.010	35,1%
Adm. Regional		43	25	6	1	61	136	4,7%
SP Empresarial	1	82	837	218		10	1.148	39,8%
Outros*		9	23	11		1	44	1,5%
Total	64	497	1.116	600	192	412	2.881	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, entre outros



Os processos objeto de controlo tiveram origem maioritariamente em entidades do Setor Público Empresarial e da Administração Local, com 39,8% e 35,1% respetivamente.

No que respeita à espécie processual, verifica-se que os contratos de fornecimentos e de aquisições de serviços constituem a maioria dos processos objeto de controlo, com 38,7% e 20,8%, respetivamente, representando igualmente os contratos de empreitada uma parte significativa, com 17,3%.



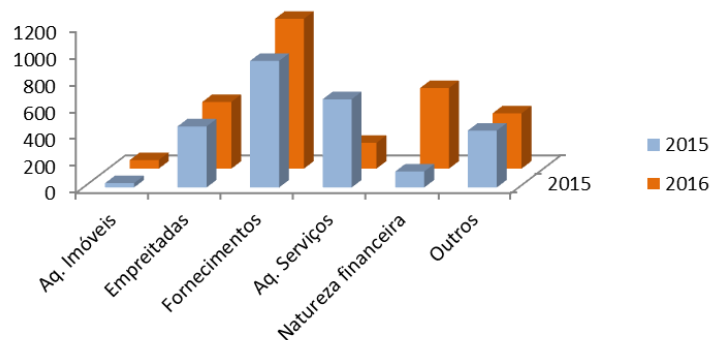
Processos por tipo de decisão e espécie processual

Tipo de decisão	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros *	
Recusados		17	2	3	11	8	41
Visados	61	384	873	541	181	402	2.442
sem recomendações - em sessão diária de visto	60	217	653	408	176	310	1.824
com recomendações - em sessão diária de visto	1	165	219	133	5	92	615
sem recomendações - em subsecção/sessão ordinária		1					1
com recomendações - em subsecção/sessão ordinária		1	1				2
Com homologação de conformidade	3	96	241	56		2	398
Total	64	497	1.116	600	192	412	2.881
<i>Peso (%)</i>	<i>2,2%</i>	<i>17,3%</i>	<i>38,7%</i>	<i>20,8%</i>	<i>6,7%</i>	<i>14,3%</i>	<i>100,0%</i>

* Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indenizações compensatórias, contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, entre outros

No gráfico seguinte, pode observar-se a distribuição de processos por tipologia e sua comparação com o ano transato, verificando-se que em ambos os anos predominam os processos relativos a fornecimentos, denotando-se ainda um aumento face ao ano anterior.

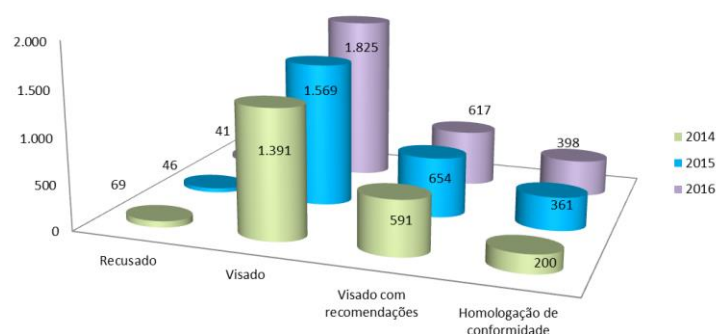
Distribuição dos processos por tipologia



Em termos globais, o número de processos controlados aumentou em 2016, confirmando a tendência verificada nos anos anteriores, continuando igualmente a registrar-se um número acentuado de decisões de visto com recomendações (21,4%) embora tenham decrescido.

Evolução do número de processos controlados

Tipo de decisão	2014	2015	Var. %	2016	Var. %
Recusado	69	46	-33,3%	41	-10,9%
Visado	1.391	1.569	12,8%	1.825	16,3%
Visado com recomendações	591	654	10,7%	617	-5,7%
Com homologação de conformidade	200	361	80,5%	398	10,2%
Total	2.251	2.630	16,8%	2.881	9,5%



VOLUME FINANCEIRO DOS PROCESSOS CONTROLADOS

No que se refere ao volume financeiro dos processos objeto de controlo, verifica-se que o maior valor respeita aos processos provenientes da Administração Local (43,8%), seguido da Administração Central (29,1%).

Montantes controlados

(Unidade: m €)

Origem	Sede	SRA	SRM	Total	Peso (%)
Administração Central	1.339.182			1.339.182	29,1%
Administração Local	1.975.846	15.644	21.634	2.013.124	43,8%
Administração Regional		80.317	139.541	219.858	4,8%
Setor Público Empresarial	870.263	92.943	47.625	1.010.831	22,0%
Outros *	15.421			15.421	0,3%
Total	4.200.712	188.904	208.800	4.598.416	100,0%

* Inclui Fundações, Associações de Direito Privado e outras entidades

Os processos referentes a “outros contratos” representam 35,6% do volume financeiro global, predominantemente oriundos da Administração Central e da Administração Local.

Montantes controlados por origem e espécie processual

(Unidade: m €)

Origem	Espécie processual						Total
	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimentos	Aq. Serviços	Nat. Financeira	Outros **	
Adm. Central	408	19.348	207.167	366.599		745.660	1.339.182
Adm. Local	60.609	285.753	43.334	240.032	702.078	681.318	2.013.124
Adm. Regional		133.457	11.904	2.241	1.326	70.930	219.858
SP Empresarial	3.750	204.930	410.199	254.036		137.916	1.010.831
Outros*		5.371	1.236	8.424		390	15.421
Total	64.767	648.859	673.840	871.332	703.404	1.636.214	4.598.416
(%)	1,4%	14,1%	14,7%	18,9%	15,3%	35,6%	100,0%

* Inclui: Fundações e Associações de Direito Privado e outras entidades

** Inclui: contratos-programa, protocolos, contratos de gestão, contratos de patrocínio e contratos interadministrativos de delegação de competências, contratos de locação, acordos, contratos de adesão, indemnizações compensatórias contratos de transação e aumentos de capital social, contratos de concessão, projetos de fusão de empresas locais e aquisição de participações sociais, entre outros



Quando comparado com o ano anterior, verifica-se um aumento do volume financeiro controlado na ordem dos 19%.

O valor dos processos objeto de recusa de visto representa 3,4% do volume financeiro controlado.

Evolução dos processos

	2014					2015					2016				
	Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados		Num. Proc.	Num. Entidades *	Montante controlado	Dos quais recusados	
				Valor	%				Valor	%				Valor	%
Sede	2.051	391	2.554.991	178.405	7,0%	2.425	406	3.380.074	384.684	11,4%	2.556	405	4.200.712	137.689	3,3%
SRA	61	42	138.605	7.195	5,2%	66	27	312.534	8.870	2,8%	99	30	188.904	19.066	10,1%
SRM	139	38	208.735	9.926	4,8%	139	21	171.758	418	0,2%	226	21	208.800		0,0%
Total	2.251	471	2.902.331	195.526	6,7%	2.630	454	3.864.366	393.972	10,2%	2.881	456	4.598.416	156.755	3,4%

* Considerada apenas uma entidade aquando da submissão de vários processos

INDICADORES FINANCEIROS

	Unidade: m€			
	Sede	SRA	SRM	Total
Processos cancelados antes de decisão devido a intervenção do Tribunal	1.998.245	1.149	31	1.999.425
Redução de valores contratuais decorrente da intervenção do Tribunal	5.309			5.309
Recusas de visto	137.689	19.066	0	156.755
Visto com recomendações	653.090	309	19.032	672.431
Volume financeiro dos processos com visto tácito	149.549			149.549

RECURSOS ORDINÁRIOS

Das decisões finais de recusa de visto, bem como dos emolumentos fixados pelo Tribunal, quer na Sede, quer nas Secções Regionais, podem ser interpostos recursos para o plenário da 1.ª Secção.

Em 2016 foram interpostos 20 recursos e proferidos 22 acórdãos e decisões, maioritariamente respeitantes a processos de fornecimento de bens/serviços.

Recursos ordinários - movimento processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Sede	SRA	SRM	Total
Transitados	12	1	1	14
Distribuídos no ano	10	9	1	20
Total para julgamento	22	10	2	34
Indeferimento liminar				0
Julgado procedente			1	1
Julgado improcedente	14	1	1	16
Outras situações *	5			5
Total de acórdãos/decisões no ano	19	1	2	22
Transitados para o ano seguinte	3	9	0	12

* Arquivamento

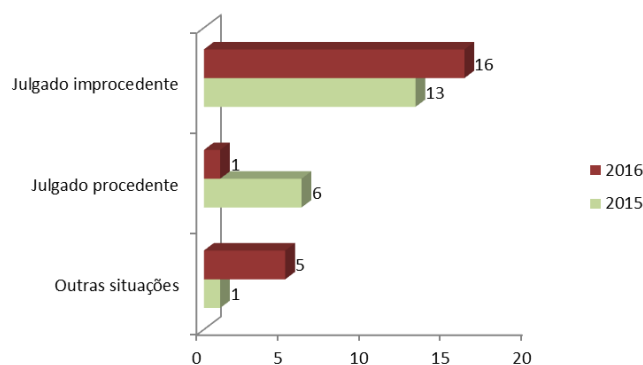
Recursos ordinários - decisões por espécie processual

Recursos ordinários/Tipos de decisão	Aq. Imóveis	Empreitadas	Fornecimento bens/serviços *	Nat. Financ.	Outros **	Total
Transitados			9	3	2	14
Distribuídos no ano		11	1	4	4	20
Total	0	11	10	7	6	34
Indeferimento liminar						0
Julgado procedente		1				1
Julgado improcedente			8	4	4	16
Outras situações ***		1	1	2	1	5
Total de acórdãos/decisões no ano	0	2	9	6	5	22
Transitados para o ano seguinte	0	9	1	1	1	12

* Inclui um recurso ordinário de emolumentos com origem na SRA

** Inclui contratos-programa, protocolos, acordos, ...

*** Arquivamento



AÇÕES PARA APURAMENTO DE EVENTUAIS RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS

No exercício da fiscalização prévia podem ser desenvolvidas ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras, as quais podem ter em vista, designadamente, a comunicação ao Ministério Público das infrações financeiras detetadas nos processos de visto e que lhe permitam instaurar os respetivos processos de responsabilização.

Ações para apuramento de eventuais responsabilidades financeiras

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	Em curso
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	19	6	12		10	4	9
SRA							0
SRM	2		2		2		0
Total	21	6	14	0	12	4	9

Neste âmbito, foram concluídas, com relatório aprovado, em 2016 as seguintes ações, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório:

N.º relat.	Objeto da ação	N.º Recom. *
01/2016-1.ºS	Contrato de abertura de crédito na modalidade de "curto prazo" celebrado entre o Município de Évora e o Millennium BCP - Processo de fiscalização prévia n.º 598/2013	3
02/2016-1.ºS	Contrato de aquisição de serviços para a contratação de apólices de seguro relativos a acidentes de trabalho, acidentes pessoais, ramo automóvel, responsabilidade civil de exploração, património-multirriscos e património-açude, celebrado entre o Município de Águeda e a Fidelidade Companhia de Seguros, S.A. - Processo de fiscalização prévia n.º 999/2014	1
03/2016-1.ºS	Contratos celebrados entre a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e várias empresas para prestação de diversos serviços: Prestação de Serviços de Saúde, Lda. (Processo n.º 1263/2013), Sucesso 24 Horas, Lda. (Processo n.º 1490/2013), consórcio Gertal/Itau/Socigeste (Processo n.º 1551/2013), Uniself, S.A. (Processo n.º 1552/2013) e União Meridianos Portugal (Processo n.º 268/2014)	4
04/2016-1.ºS	Contrato de aquisição de serviços para fornecimento de refeições escolares no ano letivo 2013/2014 celebrado entre o Município de Torres Novas e Nobreecer, food service Lda - Processo de fiscalização prévia n.º 174/2014	2
05/2016-1.ºS	Contrato-programa celebrado entre o Município de Viseu e a Viseu Novo - Sociedade de Reabilitação Urbana, S.A., com vista à reabilitação da denominada "Casa da Calçada" - Processo de fiscalização prévia n.º 364/2015	1
06/2016-1.ºS	Contrato programa celebrado entre o Município de Odivelas e a Município - Gestão de Equipamentos e Património do Município de Odivelas. E.M. - Processo de fiscalização prévia n.º 678/2014	1
07/2016-1.ºS	Contrato e adendas, celebrados entre o Instituto da Segurança Social, IP e a Sociedade CTT - Correios de Portugal, SA - Processos de fiscalização prévia n.ºs 903/2013, 948/2013 e 34/2014	1
08/2016-1.ºS	Contrato de "Serviço de transporte de alunos a realizar de setembro a dezembro de 2013", celebrado entre o Município de Santarém e a Rodoviária do Tejo, S.A. - Processo de fiscalização prévia n.º 1637/2013	1
09/2016-1.ºS	Contrato para aquisição de combustíveis rodoviários celebrado entre o Instituto da Segurança Social, IP e a Petrogal, SA - Processo de fiscalização prévia n.º 1620/2013	1
10/2016-1.ºS	Contrato de aquisição de serviços técnicos de desenvolvimento aplicacional e administração de sistemas, celebrado entre o Instituto da Segurança Social IP e Unisys (Portugal) – Sistemas de Informação, S.A. - Processo de fiscalização prévia n.º 851/2013	3
11/2016-1.ºS	Contrato para fornecimento de refeições a doentes e colaboradores celebrado entre o Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E., (CHLN) e o consórcio SUCH/ITAU, SA - Processo de fiscalização prévia n.º 1124/2013	4
12/2016-1.ºS	Adendas a contratos de prestação de serviços para a gestão oficial da frota do Instituto Nacional de Emergência Médica, IP (INEM), a cargo do consórcio externo PT Pro, SA e Finlog, SA - Processos de fiscalização prévia n.ºs 1442, 1443, 1444, 1517 e 1605/2013	3
05/2016-SRM	Contrato de aluguer operacional de 8 viaturas de recolha de resíduos sólidos para o Município de Santa Cruz, celebrado entre a Câmara Municipal de Santa Cruz (CMSC) e a empresa Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A. (Recolte, S.A.) - Processo de fiscalização prévia n.º 108/2014	4
07/2016-SRM	Contrato de aquisição de consumíveis e serviços de manutenção e assistência técnica para os equipamentos de impressão de diversos organismos do Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, celebrado entre a Secretaria Regional do Plano e Finanças (SRPF), através da Direção Regional do Património (DRPA), e a empresa Caldeira, Costa e CA, Unipessoal, Lda.- Processo de fiscalização prévia n.º 90/2014	1
Total de recomendações em sede de apuramento de responsabilidades financeiras		30

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

INDICADORES FINANCEIROS

	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	51.345		1.514	52.859
Volume financeiro controlado em ações de apuramento de responsabilidades financeiras	53.384		1.514	54.898

Unidade: m€

IV – CONTROLO CONCOMITANTE

ADICIONAIS A CONTRATOS VISADOS

Os atos ou contratos que titulem modificações aos contratos visados e que, nos termos da LOPTC estão isentos de fiscalização prévia¹, devem ser remetidos ao TC para análise, no prazo de 60 dias a contar do início da sua execução.

Dessa análise, pode ocorrer a realização de uma auditoria a determinado ato ou contrato.

Atos e contratos adicionais recebidos

Unidade: m€

Atos e contratos	2015				2016			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA	SRM	Total
Número	484	12	2	498	359	20	2	381
Valor	15.777	942	219	16.938	24.642	167	384	25.193

O valor global dos contratos adicionais recebidos em 2016, cifra-se em 25.193 m€, verificando-se um acréscimo face ao ano anterior.

AUDITORIAS DE FISCALIZAÇÃO CONCOMITANTE

Em 2016, foram concluídas, com relatório aprovado, 11 auditorias (2 na Sede, 3 na SRA e 6 na SRM).

Auditorias de controlo concomitante

	Inscritas em Plano		Concluídas			Arquivados/ extintos	A transitar
	Transit.	Novas	Transit.	Novas	N.º Entidades		
Sede	11	2	2	0	1	1	10
Contratos adicionais	5	1	1		(*)		5
Outros	6	1	1		1	1	5
SRA	3	1	3	0	4	0	1
Contratos adicionais	1		1		1		0
Outros	2	1	2		3		1
SRM	8	3	5	1	7	0	5
Contratos adicionais							0
Outros	8	3	5	1	7		5
Total	22	6	10	1	12	1	16

(*) Auditoria horizontal que envolveu contratos adicionais no período de três anos.

¹ Atos ou contratos que no âmbito de empreitadas de obras públicas já visadas, titulem a execução de trabalhos a mais ou de suprimento de erros e omissões (artigo 47.º da LOPTC, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 61/2011, de 7 de dezembro)



Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2016, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

N.º relat.	Objeto da auditoria	N.º Recom. *
01/2016-1.ºS	Evolução global dos trabalhos adicionais no âmbito dos contratos de empreitada	24
02/2016-1.ºS	Ação de fiscalização concomitante ao Município de Ourém no âmbito dos Contratos-programa e contratos de prestação de serviços celebrados entre os municípios e as empresas locais	8
06/2016-SRA	Auditoria aos contratos de trabalho e contratos de prestação de serviços com pessoas singulares celebrados pela Azorina, S.A.	3
10/2016-SRA	Auditoria aos contratos de prestação de serviço celebrados com pessoas singulares pela Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão (RIAC)	7
13/2016-SRA	Auditoria aos adicionais ao contrato de empreitada de construção da 1.ª fase do Parque de Exposições da ilha Terceira	6
01/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal do Funchal – Seguimento de recomendações - 2012/2013	12
02/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao Parque Natural da Madeira - despesas de pessoal e contratação pública – 2014-2015	-
15/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao contrato de concessão de exploração da Escola Profissional de Hotelaria e Turismo da Madeira	11
17/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Câmara Municipal de Câmara de Lobos - despesas de pessoal e contratação pública – 2013-2014	13
20/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante à Vice-Presidência do Governo Regional - despesas de pessoal e contratação pública – 2014	4
21/2016-SRM	Auditoria de fiscalização concomitante ao Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, IP-RAM - despesas de pessoal e contratação pública – 2015-2016	3
Total de recomendações em sede de controlo concomitante		91

* Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

INDICADORES FINANCEIROS

	Unidade: m€			
	Sede	SRA	SRM	Total
Montantes das irregularidades detetadas em auditorias de controlo concomitante	8.935	2.756	812	12.503
Volume financeiro controlado em auditorias de controlo concomitante	9.270	8.485	127.814	145.569

V – CONTROLO SUCESSIVO

De acordo com a LOPTC, compete à 2.^a Secção do Tribunal, na Sede, e às Secções Regionais dos Açores e da Madeira, o controlo financeiro concomitante e sucessivo, o qual é exercido mediante a realização de ações conducentes à emissão do Parecer sobre a Conta Geral do Estado (PCGE), incluindo a da Segurança Social, dos Pareceres sobre as Contas das Regiões Autónomas (PCRAA e PCRAM), de relatórios de auditoria e de verificação (externa e interna) de contas.

Para a elaboração do Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2015 foram concluídas 45 ações, para o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015 concluíram-se 15 e para o Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2015 finalizaram-se 5.

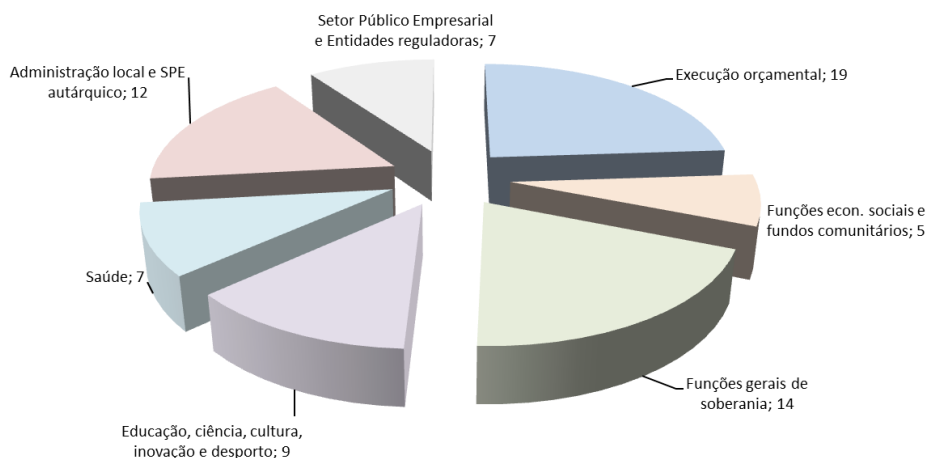
AUDITORIAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO E TIPOLOGIA

Em 2016 foram concluídas 71 auditorias e verificações externas de contas (VEC), das quais 41 na Sede, 16 na SRA e 14 na SRM, apresentando-se de seguida a sua distribuição por área de atuação e por tipologia.

Auditorias e VEC concluídas – por área de atuação

Áreas de atuação	2014				2015				2016			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM *	Total
Execução orçamental (OE, SS e RA)	15	1	3	19	12	4	4	20	11	2	4	17
Funções econ. sociais e fundos comunitários	7		3	10	5	2	2	9	5			5
Funções gerais de soberania	6	3	5	14	10	3	2	15	7	3	4	14
Educação, ciência, cultura, tecnologia e desporto	7	1	1	9	6			6	7	1	1	9
Saúde	3			3	9	1		10	7			7
Segurança Social					3			3				
Administração local e SPE autárquico		6	2	8	2	2	2	6	1	9	2	12
Setor Público Empresarial e Entidades reguladoras	4			4	4	1		5	3	1	3	7
Total	42	11	14	67	51	13	10	74	41	16	14	71

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional

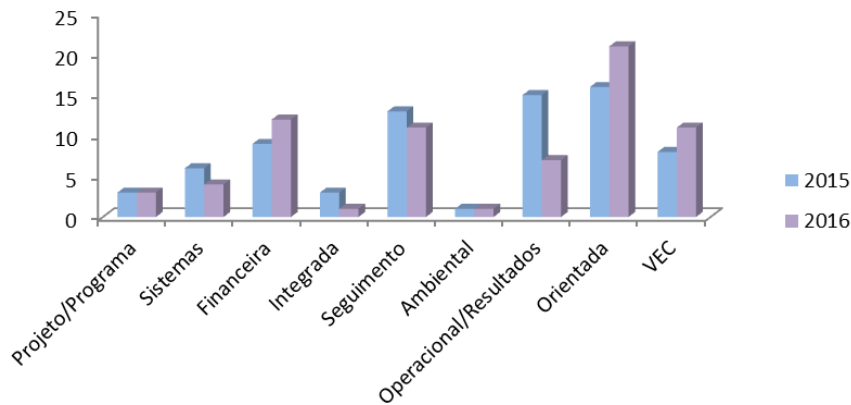




Auditorias e VEC concluídas - por tipologia

Áreas de atuação	2014				2015				2016			
	Sede	SRA	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM	Total	Sede	SRA *	SRM *	Total
Projeto ou programa	2			2	3			3	3			3
Sistemas	1			1	6			6	4			4
Financeira	16	1	1	18	7	2		9	9	1	2	12
Integrada	2	1		3	2	1		3		1		1
Seguimento	2		1	3	12		1	13	8		3	11
Ambiental	1			1	1			1	1			1
Operacional ou de resultados	6			6	7	8		15	7			7
Orientada	9	7	10	26	9	2	5	16	4	11	6	21
Verificação externa de contas	3	2	2	7	4		4	8	5	3	3	11
Total	42	11	14	67	51	13	10	74	41	16	14	71

* Inclui Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional



Verifica-se que maioritariamente foram desenvolvidas auditorias orientadas (29,6%), financeiras (16,9%), de seguimento (15,5%) e verificações externas de contas (15,5%).

Seguidamente, apresentam-se as auditorias concluídas em 2016, com indicação das recomendações formuladas em cada relatório.

LISTA DE AUDITORIAS/VEC/PARECERES CONCLUÍDOS/N.º RECOMENDAÇÕES

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º	
		Recom. I	Recom. II (a)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
12/2016-2.ªS	Auditoria de seguimento à atividade do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial - exercícios de 2013 e 2014	15	26
13/2016-2.ªS	Auditoria à implementação do SNC-AP	1	1
(b) - 2.ª S	Receita da Administração Central - Controlo do acolhimento das recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Tesouraria do Estado - Controlo do acolhimento das recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo do acolhimento das recomendações	-	-
(b) - 2.ª S	Receita da Administração Central - Controlo da receita	-	-
(b) - 2.ª S	Património Imobiliário da Administração Central - Controlo do Património Público	-	-
(b) - 2.ª S	Tesouraria do Estado - Controlo da Tesouraria do Estado	-	-
(b) - 2.ª S	Receita da Administração Central - Controlo dos sistemas tributários	-	-
(b) - 2.ª S	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo da prestação de contas	-	-
(b) - 2.ª S	Organismos do Ministério das Finanças - Controlo das contas	-	-
VEC 16/2016-SRA	Verificação externa à conta da Tesouraria de Ponta Delgada - exercício de 2015	7	9
VEC 19/2016-SRM	Verificação Externa à Conta do Tesoureiro do Governo Regional - exercício de 2015	-	-
03/2016-SRA	Auditoria orientada para a avaliação da gestão da dívida e de outras responsabilidades assumidas pela Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A.	4	4
03/2016-SRM	Auditoria ao controlo da receita das concessões na administração regional direta	8	8
04/2016-SRM	Auditoria de seguimento das recomendações formuladas no Relatório n.º 4/2014-FS/SRMTC (Auditoria às despesas dos Gabinetes dos membros do Governo Regional - 2012)	2	2
16/2016-SRM	Auditoria de seguimento das recomendações formuladas no Relatório n.º 7/2012-FS/SRMTC (Auditoria aos acordos de regularização de dívida da Administração Regional Direta)	1	1
PCGE	Parecer sobre a Conta Geral do Estado de 2015	98	98
PCRAA	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015	20	20
PCRAM	Parecer sobre a Conta da Região Autónoma da Madeira de 2015	6	6
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
05/2016-2.ªS	Auditoria Financeira à Direção-Geral do Território - exercício de 2014	10	10
21/2016-2.ªS	Auditoria ao Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção da Empregabilidade Jovem «Impulso Jovem»	5	5
22/2016-2.ªS	Auditoria à Iniciativa JESSICA em Portugal	16	24
02/2017-2.ªS	Auditoria aos apoios à luta contra o nemátodo da madeira do pinheiro	13	13
03/2017-2.ªS	Auditoria a Fundos Ambientais: Fundo Florestal Permanente, Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade, Fundo do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor	6	6
Funções gerais de soberania			
14/2016-2.ªS	Auditoria ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses IP - exercício de 2015	8	9
(c) - 2.ªS	Acompanhamento de recomendações nas áreas dos EGE, Defesa, Administração Interna, Justiça e Negócios Estrangeiros	-	-
VEC 01/2016-2.ªS	Verificação externa das contas do OE (Sede) do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
VEC 02/2016-2.ªS	Verificação externa das contas do Cofre (Sede) do Tribunal de Contas - exercício de 2015	1	1
VEC 03/2016-2.ªS	Verificação externa da conta consolidada do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
VEC 04/2016-2.ªS	Verificação externa da conta do Instituto Nacional de Estatística IP - exercício de 2015	4	4
VEC 02/2016-SRA	Verificação externa das contas do OE da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
VEC 03/2016-SRA	Verificação externa das contas do Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
VEC 09/2016-SRM	Verificação externa das contas do Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
VEC 10/2016-SRM	Verificação externa das contas do OE da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas - exercício de 2015	-	-
Parecer AR	Parecer sobre a conta da Assembleia da República - exercício de 2015	-	-
Parecer ALRA	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional dos Açores - exercício de 2015	-	-
Parecer 1/2016-SRM	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional da Madeira - exercício de 2014	3	3
Parecer 3/2016-SRM	Parecer sobre a conta da Assembleia Legislativa Regional da Madeira - exercício de 2015	3	3

(cont.)



(cont.)

N.º relat.	Área/Objeto da Auditoria/VEC/Parecer	N.º Recom. I	N.º Recom. II (a)
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
06/2016-2.ºS	Auditoria ao Estádio Universitário de Lisboa - exercícios de 2012 e 2013	7	8
09/2016-2.ºS	Auditoria financeira à Escola Superior de Hotelaria do Estoril	10	10
15/2016-2.ºS	Auditoria ao Instituto Politécnico de Setúbal - exercício de 2012	7	7
17/2016-2.ºS	Auditoria ao Instituto Politécnico de Santarém - exercício de 2013	11	11
19/2016-2.ºS	Auditoria à Parque Escolar EPE - exercício de 2013	7	7
23/2016-2.ºS	Relatório específico sobre a caracterização do Ensino Superior Público - ano letivo 2012/2013	7	73
25/2016-2.ºS	Ação de controlo ao modelo de informação e à implementação do POC-Educação pelos 811 agrupamentos de escolas e escolas não integradas	2	2
02/2016-SRA	Auditoria à Escola Profissional de Capelas	9	10
18/2016-SRM	Auditoria orientada para a análise da factualidade evidenciada no processo disciplinar instaurado pela Secretária Regional de Educação ao ex-diretor da Escola Básica do 1.º Ciclo com Pré-Escolar de São Martinho	1	1
Saúde			
08/2016-2.ºS	Auditoria de Seguimento das Recomendações formuladas no Relatório de Auditoria ao Sistema de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (Relatório n.º 12/2015 – 2ª Secção)	21	24
10/2016-2.ºS	Auditoria de resultados ao Serviço de Urgência do Centro Hospitalar do Algarve EP	25	25
11/2016-2.ºS	Auditoria de Seguimento de Recomendações Formuladas no Relatório de Auditoria ao Desempenho de Unidades Funcionais de Cuidados de Saúde Primários (UCSP e USF)	16	22
18/2016-2.ºS	Auditoria orientada a procedimentos de contratação pública das unidades de saúde do setor empresarial do Estado	19	61
24/2016-2.ºS	Auditoria à execução do Contrato de Gestão do Hospital de Braga em Parceria Público-Privada (PPP)	15	15
01/2017-2.ºS	Auditoria à prestação de contas por entidades do Ministério da Saúde	2	8
VEC 05/2016-2.ºS	Verificação externa da conta da Entidade Reguladora da Saúde - exercício de 2015	15	17
Administração local e SPE autárquico			
20/2016-2.ºS	Auditoria Orientada ao Endividamento do Município do Seixal	16	16
04/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2014, pela Freguesia de Santo António – Ponta Delgada (Apuramento de responsabilidade financeira)	1	1
05/2016-SRA	Ribeira Grande Mais, Unipessoal, S.A., E.M. — Relações financeiras com o Município da Ribeira Grande e empresa participada	1	1
07/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2014, pela Ocidentalmais, E.M. (Apuramento de responsabilidade financeira)	2	2
08/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas, relativas a 2014, pela Freguesia de Mosteiro (Apuramento de responsabilidade financeira)	2	2
09/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município das Lajes das Flores (Apuramento de responsabilidade financeira)	2	2
11/2016-SRA	Auditoria ao sector empresarial do Município de Lajes do Pico – Aplicação da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto	-	-
12/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município da Madalena (Apuramento de responsabilidade financeira)	2	2
14/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município de Vila do Porto (Apuramento de responsabilidade financeira)	1	1
15/2016-SRA	Auditoria à falta de prestação de contas consolidadas, relativas a 2014, pelo Município de Vila do Porto (Apuramento de responsabilidade financeira)	2	2
06/2016-SRM	Auditoria de seguimento para “Avaliar o grau de acatamento das recomendações formuladas no relatório n.º 11/2010-FS-SRMTC (Frente Mar-Funchal, EEM)”	1	1
12/2016-SRM	Auditoria ao endividamento da Câmara Municipal de Porto Santo - 2010/2014	4	4
SPE da Administração central e regional e Entidades reguladoras			
04/2016-2.ºS	Auditoria ao Contrato de Concessão das Centrais hidroelétricas de Alqueva e Pedrogão	2	2
07/2016-2.ºS	Gestão, monitorização e fiscalização dos contratos de concessão de serviço público das Administrações Portuárias	13	53
16/2016-2.ºS	Auditoria ao Controlo do Setor Empresarial do Estado efetuado pelo Ministério das Finanças	12	13
01/2016-SRA	Auditoria às contas do Grupo SATA (2009-2013)	8	10
11/2016-SRM	Auditoria à Empresa de Eletricidade da Madeira, S.A. no âmbito da gestão de créditos sobre terceiros	4	4
13/2016-SRM	Auditoria à GESBA – Empresa de Gestão do Sector da Banana, Lda., no âmbito dos pagamentos efetuados aos produtores	3	3
14/2016-SRM	Auditoria aos encargos da Região com PPP rodoviárias – 2012/2015	1	1
Total de recomendações em sede de fiscalização sucessiva		482	674
Das quais dos Pareceres sobre a Conta Geral do Estado e sobre as Contas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira		124	124

(a) Por cada recomendação dirigida a mais do que uma entidade, foram consideradas tantas recomendações quantas as entidades a quem se formularam

(b) Auditorias que contribuem para o PCGE sem relatório autónomo

(c) Auditoria concluída por Despacho Judicial

LISTA DO VALOR FINANCEIRO DOS FACTOS DE AUDITORIA/VEC/PARECERES DETETADOS

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Execução dos orçamentos do Estado, da Segurança Social e das Regiões Autónomas			
DA I	PCGE 2015	A CGE 2015: sobrevaloriza a despesa por transferências de verbas para contas dos próprios organismos para utilização no ano orçamental seguinte	214.000
		A CGE 2015: subvaloriza a despesa pela transferência e utilização de dotações orçamentais do Cap. 60 – Despesas Excepcionais para contas específicas do Tesouro	50.400
		A CGE 2015: por erros de classificação económica sobrevaloriza a receita orçamental e subvaloriza a despesa e o défice	61.000
		A CGE 2015: não inclui a dívida dos SFA (consolidada)	19.497.000
		Receitas dos SFA relativa a aumentos de capital (Comboios de Portugal, EDIA, Infraestruturas de Portugal, Pariparticipadas, Paripública, Metropolitano de Lisboa, Transtejo e diversas do sector da saúde) indevidamente classificada como passivos financeiros	2.906.000
DA II	PCGE 2015	Para verificar que a execução do Orçamento do Estado (OE) é integralmente reportada, o controlo eficaz das contas públicas pressupõe a certificação do universo dos organismos da administração central. Ora, para além da falta de identificação das entidades administradoras da receita do Estado, subsiste a omissão de três fundos autónomos (Fundo de Contragarantia Mútuo, Sistema de Indemnização dos Investidores e Fundo para a Promoção dos Direitos dos Consumidores) cujas receitas (incluindo saldos iniciais) e correspondentes despesas não integram a conta consolidada da administração central.	
		Omissão – Fundo de Contragarantia Mútuo	808.540
		Omissão – Sistema de Indemnização dos Investidores	9.922
		O exame das receitas da administração central inscritas na Conta Geral do Estado (CGE) voltou a evidenciar casos relevantes de desrespeito de princípios orçamentais, incumprimento de disposições legais que regulam a execução e a contabilização das receitas e insuficiências dos sistemas de contabilização e controlo (que permitem omissões materiais e autonomia financeira a entidades que, indevidamente, registam receitas do Estado como receitas próprias). As contribuições de serviço rodoviário (entregue à Estradas de Portugal), para o audiovisual (entregue à Rádio e Televisão de Portugal) e sobre a Indústria Farmacêutica (entregue à Administração Central do Sistema de Saúde) subsistem como exemplos da omissão de receitas do Estado (1.697 M€ em 2015).	
		Omissão – Contribuição de Serviço Rodoviário	648.666
		Omissão – Contribuição para o Audiovisual	173.254
		Omissão – Contribuição sobre a Indústria Farmacêutica	103.161
		Omissão – Outra Receita Orçamental	771.022
		Omissão – Receita Fiscal por combate à fraude e à evasão	
		A CGE continua sem apresentar resultados quantitativos do combate à fraude e à evasão fiscais e o Relatório que, nesse âmbito, o Governo apresentou à Assembleia da República não discrimina os valores das liquidações adicionais e das coletas recuperadas por imposto como exigido pela lei. Essa falta de informação não tem permitido concluir sobre a evolução desse combate nem sobre a receita fiscal daí decorrente. Porém, a AT passou a prestar informação ao Tribunal neste âmbito segundo a qual a respetiva receita fiscal totaliza 239 M€ em 2015 (mais 60 M€ e 33,8% do que em 2014).	238.668
		Omissão – Receita Extraorçamental	
		Não obstante a imposição legal de registar todos os fluxos financeiros, subsistem organismos da administração central que não reportam a execução de operações extraorçamentais e constrangimentos técnicos dos sistemas de informação que obstam à adequada relevação dessas operações na CGE. Tais deficiências conduzem ao incumprimento de normas legais e desrespeitam os princípios orçamentais da universalidade e da especificação.	2.966.224
		A despesa fiscal relevada na CGE (2.162 M€) continua subavaliada, desde logo, pela omissão de 34 M€ em IRC. Para além disso, não foi quantificada despesa fiscal relevante, incluindo a relativa a operações e atos isentos de imposto do selo declarados por sujeitos passivos. Só o resultado da mera aplicação das taxas mínimas previstas na tabela geral desse imposto aos montantes declarados ascende a 115 M€. A falta de informação sobre parte dos benefícios fiscais, a subavaliação recorrente da despesa fiscal pela AT e a sua insuficiente relevação na CGE constituem limitações importantes para o exame e para a formulação de uma opinião de auditoria sobre os valores envolvidos.	
		Omissão – Despesa Fiscal em Imposto do Selo	115.166
		Omissão – Despesa Fiscal em IRC	34.424
		Para além de subsistir a falta de inventário e da valorização adequada dos imóveis, a informação sobre o património constante da CGE continua inconsistente e permanece afetada por várias deficiências. Com efeito, o relatório da Conta é manifestamente insuficiente para confirmar, como deveria, a contabilização, nos mapas dessa Conta, das receitas obtidas (124 M€) e das despesas pagas (404 M€) com operações imobiliárias realizadas por organismos da administração central, as quais estão afetadas por erros (89 M€) e, sobretudo, por falta de validação (504 M€).	
		Sem Validação – Operações Imobiliárias	503.610
Erros – Operações Imobiliárias	89.151		
Omissão – Conta dos Fluxos Financeiros			
A conta dos fluxos financeiros não desempenha o papel que lhe cabe no controlo das contas do Estado ao não comportar a totalidade dos movimentos dos organismos da administração central. Não é natural que quase 3.275 M€ de receitas constem da execução orçamental mas não da contabilidade da tesouraria. Da prática contabilística do IGCP resulta o reiterado incumprimento da lei e uma limitação importante para o exame e para a formulação de uma opinião de auditoria sobre os fundos públicos movimentados em execução do OE	3.273.701		

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA II	PCGE 2015	A centralização dos fundos públicos no Tesouro continua, por ineficácia do respetivo sistema de informação e controlo do Ministério das Finanças, sem abranger todos os organismos sujeitos à unidade da tesouraria do Estado e a não relevar disponibilidades importantes fora do Tesouro, bem como os respetivos rendimentos (que devem reverter para o Estado). Com efeito, parte relevante das disponibilidades financeiras dos organismos da administração central e das empresas públicas (com saldos médios de 516 M€ e muitas entidades sem informação reportada) continua a ser movimentada fora do Tesouro, não sendo registada na contabilidade da tesouraria. Além disso, a generalidade dos juros obtidos em incumprimento da unidade de tesouraria não foi entregue ao Estado (2 M€).	
		Saldos médios de disponibilidades fora do Tesouro	516.079
		Rendimentos fora do Tesouro não entregues ao Estado	1.789
		Omissão de Disponibilidades Continuam omissas disponibilidades de montante materialmente relevante dos organismos da administração central nos saldos da contabilidade orçamental, com destaque para o Fundo de Estabilização Tributário (€ 105 M de saldo com € 1.079 M de disponibilidades), por inapropriada contabilização, na execução orçamental, de aplicações financeiras passíveis de mobilização quase imediata.	973.997
DA III	PCGE 2015	Pagamento de juros à Comissão Europeia por falta de pagamento tempestivo de recursos próprios comunitários	2.557
		Diferença entre o valor apurado pelo Tribunal de Contas de transferências da União Europeia e o constante da CGE	51.900
DA VII	PCGE 2015	Inexistência de certificação legal de contas para duas das Instituições que integram o perímetro de consolidação da conta da segurança social de 2015.	Balanço: Ativo bruto: 12.611.512 Amort/provisões: 3.630.117 Ativo Líquido, Fundos Próprios e Passivo: 8.962.321 Demonstração de Resultados: Proveitos: 28.614.723 Custos: 27.760.015 Receita orçamental: 27.568.208 Despesa orçamental: 26.580.235 Mapa Fluxos Caixa: 32.258.895
		O Conselho Consultivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social ainda não foi nomeado, pelo que se encontra prejudicado o exercício da competência de emitir parecer sobre o orçamento e a conta da segurança social.	Balanço: Ativo bruto: 29.769.381 Amort/provisões: 5.780.518 Ativo Líquido, Fundos Próprios e Passivo: 23.988.863 Demonstração de Resultados: Proveitos: 30.028.647 Custos: 28.563.138 Receita orçamental: 34.965.868 Despesa orçamental: 33.095.113 Mapa Fluxos Caixa: 40.891.165
		O Orçamento do Fundo de Socorro Social (FSS) continua a não ser publicado em anexo ao Orçamento do Estado (OE).	Orçamento: Receita: 22.729 Despesa: 22.729

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
DA VII	PCGE 2015	A informação contabilística de duas das entidades que integram o perímetro de consolidação continua a não estar integrada no Sistema de Informação Financeira da Segurança Social. Contudo, esta informação é relevada na conta consolidada da segurança social.	Balanco: Ativo bruto: 14.103.853 Amort/provisões: 1 Ativo Líquido, Fundos Próprios e Passivo: 14.102.709 Demonstração de Resultados: Proveitos: 985.087 Custos: 504.943 Receita orçamental: 6.897.226 Despesa orçamental: 6.315.440 Mapa Fluxos Caixa: 6.897.516
		Mais de metade (53,6%) da receita proveniente de contribuições e quotizações não se encontra imputada às diferentes classificações económicas e respetivas desagregações em função da sua origem, mas em função de uma tabela de imputação.	Mapa de controlo orçamental Receita: Contribuições e quotizações: 7.524.285
		O valor das prestações sociais registado como pago inclui indevidamente prestações sociais devolvidas à segurança social no exercício, o que conduz a uma sobrevalorização da despesa.	Mapa de controlo orçamental Despesa Transferências para as famílias 5.874
		Sobrevalorização do saldo orçamental e de disponibilidades devido a contabilização indevida por deficiência de <i>software</i> .	Mapas de controlo Orçamental Saldo de anos anteriores: 775 Balanco- Ativo Disponibilidades 775
		Subvalorização do saldo orçamental devido a omissão de registo contabilístico de receita, por dificuldades de identificação da origem e natureza	Mapa de controlo orçamental Receita 5.048
		Subvalorização do saldo de disponibilidades devido a omissão de registo contabilístico, por dificuldades de identificação da origem e natureza do recebimento.	Balanco- Ativo: Disponibilidades: 16.110
		Impossibilidade de validação do valor relevado nas demonstrações financeiras relativo a imóveis, por inexistência de documentação comprovativa em, pelo menos, 48,6% do valor da amostra.	Balanco- Ativo: Imobilizado: 31.508
		Ao registo de imóveis em duplicado.	Balanco - Ativo Imobilizado: 154 Amortizações acumuladas: 5
		À inexistência de registo de abate de imóveis já alienados ou cedidos a título definitivo.	Balanco - Ativo: Imobilizado: 225 Amortizações acumuladas: 24

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante
			(m €)
DA VII	PCGE 2015	À inclusão na parcela do terreno dos imóveis de valores provenientes de imobilizado em curso.	Balanco - Ativo Imobilizado: 960
		Ao cálculo de amortizações sobre a parcela do valor dos terrenos.	Balanco - Ativo Amortizações acumuladas: 116 Demonstração de resultados Amortizações do exercício: 21
		Impossibilidade de reconciliação das dívidas de contribuintes com os respetivos saldos de contas correntes, por ausência de elementos que permitam a validação da informação relevada nas demonstrações financeiras e a residente nos sistemas auxiliares das respetivas contas correntes.	Balanco - Ativo Dívida de contribuintes 9.507.797
		Manutenção de um valor em dívida, proveniente de contribuintes, que poderá ter sido pago ou prescrito.	Balanco - Ativo Dívida de contribuintes 92.035
		Existência de saldos contranatura relativos a juros de mora em dívida do regime de segurança social dos trabalhadores independentes e do regime de segurança social de inscrição facultativa e que projeta a existência de eventuais erros de parametrização de movimentos contabilísticos indexados a esta conta.	Balanco - Ativo Dívida de contribuintes 1.636
		O não cumprimento do princípio da especialização do exercício relativamente aos juros vencidos relativos a dívida constituída entre 01/01/2010 e 31/12/2015 implicou uma subvalorização do valor da dívida de contribuintes, dos resultados transitados, dos proveitos e do resultado líquido do exercício.	Balanco: Ativo: 662.306 Fundos Próprios: Resultados Transitados: 477.891 Res LÍq. Ex: 184.416 Demonstração de Resultados: Proveitos: 184.416
		Dívidas por prestações sociais a repor contabilizadas por valor superior ao registado nas contas correntes dos beneficiários.	Balanco - Ativo : Prestações sociais a repor: 92.919
		Instauração de processos executivos relativamente a valores pagos indevidamente a beneficiários de prestações sociais em número e volume financeiro inferior ao devido (apenas foram instaurados processos para 3,7% do valor em dívida), refletindo a ineficácia da segurança social na cobrança de valores indevidamente abonadas.	Valor da dívida sem processos instaurados: 558.846
		Ausência de instauração de processos executivos relativos: a reembolso de importâncias pagas por prestações de alimentos a menores e de prestações de desemprego; contraordenações aplicadas a beneficiários e a estabelecimentos com e sem fins lucrativos; dívidas provenientes de rendas de imóveis e de valores indevidamente pagos a pessoal.	 284.489
		As provisões para riscos e encargos estão sobrevalorizadas, por incluírem um valor para fazer face a pensões futuras alegadamente com base nas IPSAS 25 e NCP 19 do SNC-AP, normas que não se revelam aplicáveis ao caso vertente.	Balanco - Passivo Provisões para outros riscos e encargos: 5.091
Os custos diferidos, bem como os resultados transitados estão sobrevalorizados, devido à não imputação dos custos aos exercícios económicos respetivos.	Balanco: Ativo - Custos diferidos: 193 Fundos próprios - Resultados transitados: 193		

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante
			(m €)
DA VII	PCGE 2015	O valor relevado em resultados transitados encontra-se sobrevalorizado em consequência da anulação de coimas e de custas de anos anteriores (2008 a 2014), indevidamente imputadas a resultados extraordinários do exercício.	Balço: Fundos próprios – Resultados transitados: 4.069 Demonstração de resultados: Custos extr: 4.069
		Os custos do exercício (pensões) estão subvalorizados devido à anulação e incorreto reconhecimento em resultados transitados.	Balço Fundos Próprios – Resultados transitados: 764 Demonstração de resultados: Custos do exercício – Pensões: 764
		Os custos extraordinários estão subvalorizados por ausência de registo de prescrições em 2015, devido à metodologia utilizada que não cumpre o princípio contabilístico da não compensação estabelecido no POCISSSS.	Demonstração de resultados- Custos extraordinários: 17.565
SRA	PCRAA 2015	Não integração do saldo de anos findos da Administração Regional direta nas alterações orçamentais realizadas no decurso do ano;	15
		Relevação contabilística, em receitas correntes, das transferências do Orçamento do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade;	179 260
		Não revelação da totalidade dos compromissos assumidos e não pagos a fornecedores pela Administração Regional direta;	8 715
		Realização de transferências de verbas dos serviços e fundos autónomos para as autarquias locais;	72
		Não revelação contabilística oportuna de fundos comunitários;	142 678
		Não revelação de restituições de participações comunitárias;	15 300
SRM	PCRAM2015	Não revelação de adiantamentos ao Fundo Autónomo da Direção Regional do Emprego e Qualidade Profissional, realizados pela Administração Regional direta, por conta de futuras receitas do Fundo Social Europeu, e respetiva regularização.	4 000
		O saldo primário da Conta da Região foi de - 74,5 milhões de euros, constituindo uma melhoria face ao ano anterior em 211 milhões de euros.	74.501
		Os pagamentos em atraso, a 31/12/2015, rondavam os 118,6 milhões de euros, dos quais 95,6 milhões de euros tiveram origem nas EPR.	118.590
		Os 14 contratos de SWAP ativos, detidos pelas Sociedades de Desenvolvimento, a MPE, a APRAM e o SESARAM, apresentam perdas potenciais acumuladas próximas dos 129,2 milhões de euros, segundo avaliação ao justo valor realizado pelo IGCP.	129.200
DA II	12/2016-2.ªS	O total de juros e outros encargos correntes da dívida fixou-se em 102 milhões de euros. Para além daqueles encargos da dívida, a Região pagou ainda 18,5 milhões de euros, relativos a juros de mora, que se encontram contabilizados numa rubrica que, embora em conformidade com as orientações da Direção-Geral do Orçamento, se considera desadequada.	120.500
		O saldo de disponibilidades registado no balanço do Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial (41,7 M€ no final de 2014) continua inconsistente com o resultante dos fluxos de caixa (apenas 1,8 M€) por subsistir a inapropriada contabilização de aplicações financeiras passíveis de mobilização quase imediata.	39.828
SRM	3/2016-SRM	Na data da rescisão do contrato de concessão do Entrepasto Frigorífico de Câmara de Lobos (20/09/2015) as rendas em atraso devidas pelo concessionário ascendiam ao montante global de € 10 998,46 (incluindo juros), o qual será reclamado no âmbito de uma ação judicial a interpor pela RAM.	11
		Em dois dos contratos de concessão da exploração dos postos fixos no Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas, verificou-se a falta de cobrança das rendas, no montante de € 10 392,65.	10
		No contrato de concessão do snack-bar do Centro de Abastecimento de Produtos Agrícolas, verificou-se o incumprimento da obrigação do pagamento da renda pelo concessionário, no montante de € 32.658,39, acrescido dos juros de mora.	33
		No cálculo da renda da concessão da Zona Franca da Madeira, apurou-se que o concessionário abatia ao valor líquido da faturação o montante líquido das imparidades de clientes reconhecidas no exercício, procedimento este considerado indevido, traduzindo-se numa redução indevida das rendas da RAM, em € 104.345,40 nos exercícios de 2012 a 2014.	104

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante (m €)
Funções económicas, sociais (habitação e serviços coletivos) e Fundos comunitários			
DA III	5/2016-2.ºS	Dívidas de terceiros não relevadas nas demonstrações financeiras Remunerações sem base legal Transferências bancárias não identificadas	137 34 54
	22/2016-2.ºS	Pagamentos realizados a um beneficiário sem se encontrarem previamente reunidas as condições exigidas para a contratualização do apoio financeiro concedido.	1.800
	2/2017-2.ºS	Pagamentos irregulares a beneficiários devido a taxas de cofinanciamento erradas, falta de justificação da despesa e desrespeito pelo limite máximo do apoio.	24
	3/2017-2.ºS	Inelegibilidade de despesas face aos regulamentos (FFP)	14
		Diferenças entre a informação do ICNF nos apoios concedidos e os dados de execução orçamental do FFP e do FAHBS	2.147
Não publicitação de apoios (FAHBS) Cabimento orçamental extemporâneo (FCNB) Realização de despesas sem menção da base legal (FAHBS)		60 72 37	
Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto			
DA V	9/2016-2.ºS	<p>RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA (art.º 65º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas)</p> <p>Contas bancárias/reconciliações - Não regularização e liquidação do montante global de 3 520,00€, relativo à regularização do saldo da conta "Caixa ESHTe" de 2011 e liquidação do fundo de maneiio de 2012.</p> <p>Constituição de fundos de maneiio - Constituição ilegal, nos anos de 2011, 2012 e 2013, de fundos de maneiio, no montante global de 13 000,00€, por ausência de competência do Presidente.</p> <p>Trabalho extraordinário - Pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas - Autorização de despesas e pagamentos ilegais, ocorridos em 2012, no montante global de 24 326,83€, relativos à realização de trabalho extraordinário autorizado de forma genérica e sem identificação dos trabalhadores designados para a sua realização, bem como ausência de registo em mapa de suporte aprovado pelo membro do Governo responsável pela área da administração pública.</p> <p>RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA E REINTEGRATÓRIA (art.º 59º e art.º 65º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas)</p> <p>Contas bancárias/reconciliações - Movimentação ilícita de disponibilidades da ESHTe no montante de 3 081,50€, pela ex-administradora.</p> <p>Utilização do fundo de maneiio:</p> <p>A1. Pagamentos a título de ajudas de custo e deslocações</p> <p>Utilização ilícita, em 2012 e 2013, de disponibilidades da ESHTe, pela ex-administradora, do montante de 25 096,22€, relativos a pagamentos efetuados pelo fundo de maneiio daquela responsável.</p> <p>A2. Pagamento de despesas não elegíveis</p> <p>Pagamentos de despesas pelo FM da ex-administradora, efetuados nos anos de 2012 e 2013, no montante global de 4 964,80€, relativo a faturas desacompanhadas de elementos documentais que justificassem o seu enquadramento nas atribuições da ESHTe</p> <p>Remunerações abonadas ao Administrador:</p> <p>Autorização de pagamentos ilegais e indevidos, no montante de 21 306,66€, no período de Setembro de 2009 a setembro de 2013, relativos à alteração do estatuto remuneratório do Administrador da ESHTe.</p> <p>Pagamento de suplementos remuneratórios:</p> <p>Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos no montante global de 178.829,30€, ocorridos entre outubro de 2009 e setembro de 2013, relativos ao pagamento de suplementos remuneratórios a assessores nomeados pelo Presidente da ESHTe, sem que exista base legal permissiva.</p> <p>Alteração de posicionamento remuneratório:</p> <p>Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos no montante de 58.082,60€ em virtude de, em 2010, a ESHTe ter promovido a alteração remuneratória, por exceção, a seis trabalhadores, tendo a mesmo operado para posição remuneratória a que não tinham direito.</p> <p>Trabalho extraordinário - Pessoal dirigente - Autorização de despesas e pagamentos ilegais e indevidos, ocorridos em 2012, no montante global de 5 610,43€, em resultado do pagamento de horas extraordinárias a pessoal dirigente.</p> <p>Situações de reposição constantes de relatórios da IGEC -Relatório n.º 16/2008 - Pagamento ilegal e indevido, em 2006, do montante de 12 000,00€, à então responsável pelos serviços financeiros, a título de colaboração técnica especializada, sem que existam documentos probatórios que o suportem.</p> <p>Relatório n.º 1/2012 - Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos, realizados através do fundo de maneiio da ex-administradora, no valor de 3 767,11€ (2010) e do cartão de crédito atribuído ao ex-Vice-Presidente, no valor de 1 192,10€ (2010 e 2011).</p> <p>JUÍZO DE CENSURA</p> <p>Protocolo ESHTe/CESTUR celebrado em 10 de abril de 2003</p> <p>"Os procedimentos estabelecidos nos protocolos/ contratos específicos" terão dificultado o controlo do regime de dedicação exclusiva dos docentes que desenvolveram atividades no CESTUR bem como o controlo da execução financeira dos protocolos, pelo que se emite um juízo de censura ao ex-Presidente da ESHTe".</p>	599

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante
			(m €)
DA V	15/2016-2.ºS	RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA E REINTEGRATÓRIA (art.º 59º e art.º 65º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas) Cursos de Pós-graduação e de Pós-licenciatura Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos no montante global de 407 238,60€, nos anos de 2009 a 2012, relativos a suplementos remuneratórios a docentes a título de colaboração técnica especializada por atividades que integram a função de docência.	407
	17/2016-2.ºS	RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA E REINTEGRATÓRIA (art.º 59º e art.º 65º Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas) Diretor e subdiretor de unidade de investigação e diretor de unidade de formação pós-secundária e profissional Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos no montante global de 44 979,91€, entre março de 2011 e setembro de 2014, relativos ao pagamento de suplementos remuneratórios ao diretor e subdiretor de unidade de investigação e diretor de unidade de formação pós-secundária e profissional, sem norma legal permissiva. Exercício de atividade docente: Autorização de despesas ilegais e de pagamentos ilegais e indevidos, entre 2010 e 2013, no montante global de 168 696,31€ relativos ao abono a docentes de suplementos remuneratórios pela lecionação no IPS de unidades curriculares de cursos de pós-graduação conducentes a mestrado e CET, subsumíveis na atividade docente. Empreitada de construção da Escola Superior de Desporto de Rio Maior – edifício de ensino: Revisão de preços autorização de despesas ilegais nos anos de 2010 a 2012 e de pagamentos ilegais e indevidos nos anos de 2010 e 2012, no montante global de 165.238,38€, relativo ao pagamento em excesso decorrente dos cálculos da revisão de preços.	379
SRA	02/2016-SRA	Omissão de concurso público.	159
		Financiamento de Freguesia em violação da Lei das Finanças Locais e do regime legal de cooperação técnica e financeira entre a Administração Regional e a Administração Local.	174
		Omissão da cabimentação prévia da despesa.	540
SRM	18/2016-SRM	Entre novembro de 2013 e abril de 2014, o diretor da Escola Básica de São Martinho incumpriu com a obrigação de depositar periódica e sistematicamente a receita arrecadada relativa às participações familiares, proporcionando que, na sequência de um assalto à escola, tivessem sido subtraídos fundos públicos.	17
Saúde			
DA VI	8/2016-2.ºS	Em setembro de 2015, a ADSE utilizou os excedentes gerados em 2014 e receitas próprias cobradas em 2015 para efetuar um pagamento no valor de € 29,8 milhões ao Serviço Regional de Saúde da Madeira, resultante da utilização das unidades de saúde deste Serviço por beneficiários da ADSE entre 2010 e 2015. O pagamento pela ADSE dos serviços prestados pelo Serviço Regional de Saúde da Madeira, em setembro de 2015, coloca os excedentes da ADSE, que devem ser utilizados em benefício dos seus quotizados, a financiar o orçamento da Administração Regional da Madeira, sendo um exemplo de instrumentalização do rendimento disponível dos trabalhadores e aposentados da Administração Pública pelo Governo da República Os representantes do XIX Governo da República, o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e o Secretário de Estado da Saúde, que outorgaram o Memorando celebrado em 29 de setembro de 2015 com representantes do Governo Regional da Madeira, comprometeram dinheiros da ADSE-DG para fazer face a uma despesa que é do Estado e que devia ter sido satisfeita pela dotação orçamental do Serviço Nacional de Saúde, situação que pode configurar uma eventual infração financeira suscetível de gerar responsabilidade financeira reintegratória.	29.752
		Sabendo que a ADSE-DG não era, desde 2010, responsável pelo pagamento daqueles serviços, o Diretor-Geral autorizou e procedeu ao pagamento de uma despesa no montante de € 29.751.800,63, em 16 de outubro de 2015, que não se enquadra na missão e atribuições da ADSE-DG, utilizando dinheiros que estavam afetos a outros fins, situação que pode configurar uma eventual infração financeira suscetível de gerar responsabilidade financeira reintegratória e sancionatória. Através do Memorando celebrado em 29 de setembro de 2015 com representantes do Governo Regional da Madeira, os representantes do XIX Governo da República, o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento e o Secretário de Estado da Saúde, e o Diretor-Geral da ADSE sancionaram a prática da Administração Regional da Madeira de não entrega dos descontos à Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas, receita própria desta Direção-Geral, situação que pode configurar uma eventual infração financeira suscetível de gerar responsabilidade financeira reintegratória e sancionatória.	6.146
	11/2016-2.ºS	Não obstante as reservas expressas pelo Tribunal no Relatório anterior sobre o suporte legal do pagamento anual de compensações pelo desempenho, através da atribuição de incentivos financeiros aos profissionais de enfermagem e assistentes técnicos inseridos nas USF de modelo B, foram pagos em 2014 e 2015, pela respetiva ARS e pelas Unidades Locais de Saúde do Baixo Alentejo e do Norte Alentejano, os incentivos financeiros.	12.348
	18/2016-2.ºS	Detetaram-se, nos 7 hospitais auditados, 85 contratos geradores de despesa de cerca de € 100 milhões que, estando sujeitos à fiscalização prévia, não foram remetidos ao Tribunal de Contas.	99.471

(cont.)



(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante
			(m €)
DA VI	VEC 5/2016-2.ºS	Não foram registadas contabilisticamente coimas aplicadas e não recebidas no total de € 235.725,93, subavaliando os rendimentos do ano (conta 7228 - outras prestações de serviços), os rendimentos de anos anteriores e o ativo (conta 21 - clientes)	236
		Não foi registado contabilisticamente o montante correspondente à obrigação de entrega, em 2016 e em 2017, de 6,25% das receitas provenientes de taxas cobradas nos exercícios de 2014 e 2015 à Autoridade da Concorrência, no total de € 892.738,39, subavaliando o passivo (conta 27229 - outros acréscimos de gastos) e os gastos do exercício (conta 689 - transferências correntes concedidas)	893
		Os apoios financeiros concedidos a trabalhadores, para pagamento de propinas e reembolso de despesas com matrícula e seguro escolar, em instituições de ensino superior, no total de € 4.722,50, são ilegais, por consubstanciarem um benefício suplementar ao sistema remuneratório, podendo consubstanciar uma infração financeira, passível de eventual responsabilidade financeira reintegratória e sancionatória.	5
		O presidente da Entidade Reguladora da Saúde utilizou a viatura de serviço que lhe foi afeta para fins pessoais, entre outubro de 2010 e junho de 2016, nas deslocações entre a residência para a Entidade Reguladora (e vice versa) e ainda para os estabelecimentos do ensino onde exercia atividade docente em acumulação de funções.	34
Os pagamentos realizados pela Entidade Reguladora da Saúde em resultado da utilização irregular da viatura afeta ao presidente do conselho de administração, no total de € 33.906,38, são ilegais, facto que pode consubstanciar uma infração financeira, passível de eventual responsabilidade financeira reintegratória e sancionatória.			
Administração local e SPE autárquico			
DA VIII	20/2016-2.ºS	Celebração de adendas a três contratos de empréstimo, introduzindo um período intercalar de diferimento e uma comissão de 1,5% ao ano sobre o saldo devedor, com custos financeiros que, até 2014, ascenderam a M€ 1,5, que se traduziram numa modificação das condições gerais dos empréstimos visados sem prévia aprovação ou autorização da assembleia municipal e sujeição a fiscalização prévia do TC	1.470
		Celebração de um contrato-promessa de arrendamento com opção de compra para instalação dos serviços centrais da Câmara Municipal do Seixal que configura uma operação complexa desenvolvida em várias fases que se traduziu na construção de um novo edifício com características físicas e funcionais especificamente concebidas para utilização dos serviços municipais, subsumível aos regimes dos contratos de empreitada de obra pública e de empréstimo a médio e a longo prazo, que desrespeitou os princípios e regras que presidem à formação dos contratos públicos, nomeadamente, os princípios da concorrência, imparcialidade, igualdade, transparência e publicidade, os princípios reguladores do crédito público municipal e os requisitos legais de realização da despesa pública municipal, especificamente, o princípio da economia e da racionalidade económica.	55.000
		Os responsáveis pela gerência de 2013 do Município do Seixal procederam à inscrição de M€ 40 no orçamento da receita, relativos a 7 empréstimos para saneamento financeiro, antes da respetiva contratação.	40.000
SRA	5/2016-SRA	Falta de sujeição a fiscalização prévia do Tribunal de Contas de minutas de escrituras de compra e venda.	400
	11/2016-SRA	Atribuição de subsídios à exploração, por Município a empresa local, sem que os mesmos estivessem sustentados em contrato-programa.	6
SRM	6/2016-SRM	Os vencimentos do Administrador Único (9 531,27€) da empresa municipal Frente Mar, excederam em 919,38€ o valor da remuneração mais elevada de Vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal do Funchal.	1
		A remuneração do Administrador Único integrou um abono mensal, para despesas de representação, pago por 13 vezes em 2011 quando o seu estatuto remuneratório só admitia 12 pagamentos mensais.	1
		Entre junho de 2010 e março de 2013, não foi efetuada a redução remuneratória ao vencimento do Administrador Único, prevista no n.º 1 do artigo 14.º do DLR n.º 14/2010/M, de 5 de agosto, que produziu efeitos desde a entrada em vigor da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho.	8
		Entre janeiro de 2009 e dezembro de 2013, o Administrador Único recebeu a mais, a título de subsídio de alimentação, o montante de 3 066,07. Todavia, por terem, entretanto, sido devolvidos 1 222,32€, os pagamentos indevidos cifraram-se em 2 230,86€.	2
		Desde 2004, juntamente com outro ex-Administrador da empresa, o Administrador Único beneficiou ilegalmente de um PPR pago pela empresa.	22
	Em 20 de setembro de 2013, ao iniciar funções como Diretor-Geral da empresa, o ex-Administrador Único passou a receber, para além da remuneração constante da "Tabela Salarial 2013" aprovada pela Assembleia Geral, um subsídio de isenção horária no montante de 480,00€ mensais.	2	
12/2016-SRM	Existência de encargos sem cobertura orçamental.	1.441	
	Omissão da contabilização de faturas na contabilidade patrimonial no exercício a que respeitam.	701	
	Ultrapassagem do limite de endividamento em 2011.	6.597	
O contrato plurianual para a aquisição de seguros, celebrado a 30/06/2014, com a mediadora "Roovers Concept, Lda." não foi autorizado pela Assembleia Municipal, nem foram corretamente contabilizados os compromissos dele emergentes.			58

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º relat./Parecer	Breve descrição dos factos de Auditoria/VEC/Pareceres	Montante
			(m €)
SPE da Administração central e regional e Entidades reguladoras			
SRA	01/2016-SRA	Não aplicação da verba proveniente da reprivatização da Electricidade dos Açores, S.A., nas finalidades definidas na Constituição e na Lei Quadro das Privatizações.	21 581
SRM	11/2016-SRM	O Governo Regional não tinha reconhecido nas suas contas nem tinha reportado às autoridades nacionais, até 2011, encargos com fornecimentos realizados pela Empresa de Electricidade da Madeira, associados, designadamente, à iluminação pública municipal fornecida entre 01/05/2001 e 01/01/2006, no montante de 16,1 milhões de euros.	16.100
		A EEM, S.A. não reconheceu, nas suas contas, o perdão de dívida subjacente ao "Acordo de Princípio", celebrado com a RAM em 31/12/2012.	20.000
		O valor atribuído ao prédio rústico, considerado no contrato de Dação em Cumprimento celebrado com o Centro de Abate da Região Autónoma da Madeira, era inferior ao montante da dívida à Empresa de Electricidade da Madeira, o que implicou a não arrecadação de receitas públicas.	85



LISTA DOS IMPACTOS FINANCEIROS EM SEDE DE CONTROLO SUCESSIVO CONHECIDOS EM 2016

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
<i>Execução do orçamento do Estado e do orçamento da Segurança Social</i>			
DA I	27/2014-2.ªS	Efetivação do pagamento das contribuições devidas pela indústria farmacêutica relativas aos anos de 2012 e de 2013 (Acordo com a APIFARMA).	17.900
DA II	19/2014-2.ªS	Aumento da receita contabilizada – CSR e CEIF	751.828
DA VII	PCGE 2012	No exercício de 2015 a Segurança Social retificou o procedimento contabilístico adotado no registo das verbas recebidas e transferidas da e para a Caixa Geral de Aposentações, relevando, assim, na CGE pela primeira vez, o valor total das pensões pagas sem duplicações.	392.841
	PCGE 2013	O subsídio social de desemprego por salários em atraso, passou a integrar a despesa do subsistema de solidariedade, financiado pelo OE, deixando de integrar o sistema previdencial-repartição, financiado por contribuições, em cumprimento da legislação em vigor.	179
<i>Funções económicas, sociais e fundos comunitários</i>			
DA III	5/2014-2.ªS	Cumprimento de normas do Regime da Tesouraria do Estado Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade - Regularização de dívida incorretamente contabilizada	349.512
	16/2014-2.ªS	Cumprimento de normas do Regime da Tesouraria do Estado e da entrega de juros nos cofres do Estado	3.801
	22/2015-2.ªS	Cumprimento de normas do Regime da Tesouraria do Estado e da prestação de contas Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade - fiabilidade do sistema de controlo interno e da organização interna; controlo dos processos de contraordenação; informação financeira/contabilística	18
<i>Ciência, tecnologia e ensino superior, educação, cultura e desporto</i>			
DA V	15/2014-2.ªS	Cumprimento dos normativos legais quanto à aplicação do POC Educação, à elaboração do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e do Balanço Social, à contratação de pessoal em regime de prestação de serviços. Redução da despesa pública relativa à atribuição de suplementos remuneratórios desconformes com a lei (49.723,91€) e à contratação de pessoal em regime de prestação de serviços (759.290,60€). Melhoria da transparência dos processos de decisão, accountability e gestão financeira pública, na medida em que: - Foi aprovado o manual de procedimentos dos serviços financeiros; - Foi alterado o conteúdo das atas do Conselho de Gestão; - Foi deliberada a instalação de contadores de água gás e eletricidade nos espaços concessionados; - Foram encetadas diligências relativas à liquidação e cobrança de propinas em dívida, incluindo a cobrança coerciva, bem como relativa à cobrança de dívidas de utentes das clínicas; - As reconciliações passaram a ser processadas trimestralmente pelos Serviços Centrais da Universidade; - Foram aprovados os procedimentos para a requisição de trabalhos de prótese dentária e ortodontia.	128
	20/2014-2.ªS	Montantes recuperados relativos às dívidas da Associação para o Desenvolvimento do Instituto Superior Técnico, no valor de 926.049€, do Centro Promotor de Inovação e Negócios, no montante de 48.878,46€ e da empresa Futurlab, no valor de 6.497,35€. Cumprimento dos normativos legais aplicáveis relativos ao recrutamento, seleção e mobilidade de pessoal. Melhoria da gestão financeira pública, da transparência e da responsabilidade, por terem passado a prestar contas ao Tribunal de Contas 11 associações de direito privado com capital maioritariamente público ou sujeitas ao controlo de gestão pelo Estado.	981
	16/2015-2.ªS	Recuperação de créditos, entre 1 de janeiro e 21 de junho de 2016, no o montante de 137 221,95€. Cumprimento dos normativos legais no âmbito: - da emissão de faturas nos termos do código do Imposto sobre o Valor Acrescentado; - do controlo do regime de dedicação exclusiva do pessoal docente; - da abertura de novo procedimento destinado à concessão de 4 bares-cafetarias. Melhoria da gestão financeira pública e da transparência, verificando-se a implementação de procedimentos de conciliação dos saldos de terceiros.	137
SRM	17/2013-SRM	Reposição de abonos processados indevidamente.	87

(cont.)

(cont.)

Dep.	N.º Relat	Breve descrição do impacto	Montante (mil €)
Saúde			
DA VI	30/2015-2.ªS	Pelo Despacho n.º 11013/2016, de 29 de agosto, do Secretário de Estado Adjunto, do Tesouro e das Finanças e do Secretário de Estado da Saúde, foi aumentado o capital estatutário da SPMS, EPE, em cerca de € 19,6 milhões.	19.600
Segurança Social			
DA VII	16/2007-2.ªS	Recuperação, em 2016, pelo Fundo de Socorro Social, de parte da dívida da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral.	27
	34/2012-2.ªS	Os saldos devedores para os quais não foi possível proceder à sua recuperação foram regularizados através da assunção de um custo extraordinário. Foi autorizado um plano prestacional no caso em que foi possível exigir o valor em dívida.	50 8
Administração local e Setor público empresarial autárquico			
DA VIII	14/2015-2.ªS	Maior fiabilidade das demonstrações financeiras do Município de Oeiras, nas quais se passou a reconhecer prováveis obrigações futuras para o município decorrentes da extinção da SATU-Oeiras.	1.678
SRM	03/2013-SRM	Elaboração dos relatórios de acompanhamento das medidas acordadas no Plano de Saneamento Financeiro; Inexistência de dívidas registadas na conta "22.8 – Fornecedores – Faturas em receção e conferência"; Redução de 19,3% da dívida total de 2014 para 2015; Aumento de 8,9% da receita corrente cobrada em 2015, face a 2014; Melhoria da qualidade da informação constante das demonstrações financeiras do Município. Cumprimento do n.º 12 do art.º 38.º da Lei das Finanças Locais.	1.678 740
		Cumprimento das regras de cálculo de endividamento municipal.	
	03/2014-SRM	Elaboração dos relatórios de acompanhamento das medidas acordadas no Plano de Saneamento Financeiro; Redução de 14,6%, em 2015, da dívida total face a 2014; Redução do prazo médio de pagamentos de 1.049 dias, em 2013, para 212 dias, em 2015; Aumento de 7,9% na receita corrente cobrada em 2015, face a 2014;	4.453 1.326
		Cumprimento do estipulado no ponto 1.1. da Recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção, de 1 de julho de 2009; Cumprimento do regime de incompatibilidades, das limitações legais e orçamentais; Cumprimento do n.º 12 do art.º 38.º da Lei das Finanças Locais.	
01/2015-SRM	Elaboração dos relatórios de acompanhamento das medidas acordadas no Plano de Saneamento Financeiro; Inexistência de dívidas registadas na conta "22.8 – Fornecedores – Faturas em receção e conferência"; Redução da dívida total de 34,0% em 2015 face a 2014; Cumprimento do limite da dívida total para 2015; Aumento de 1,7% na receita corrente cobrada em 2015, face a 2014; Extinção da empresa municipal, nos termos dos art.ºs 61.º e 62.º da Lei n.º 50/2012.	1.541 97	



VERIFICAÇÃO INTERNA DE CONTAS

O controlo sucessivo engloba igualmente a verificação interna de contas das entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal e não isentas da sua apresentação.

Em 2016 foi proferida decisão de homologação (com e sem recomendações) e de recusa de homologação relativamente a 631 contas, tendo-se verificado um acréscimo face ao ano anterior.

Verificação interna de contas

Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas com decisão		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Sede	541	87,0%	116	9	100,0%	454	86,1%	192.007.214	98,6%
SRA	20	3,2%	18		0,0%	18	3,4%	1.224.273	0,6%
SRM	61	9,8%	1		0,0%	55	10,4%	1.426.166	0,7%
Total	622	100,0%	135	9	100,0%	527	100,0%	194.657.653	100,0%

Verificação interna de contas - por origem

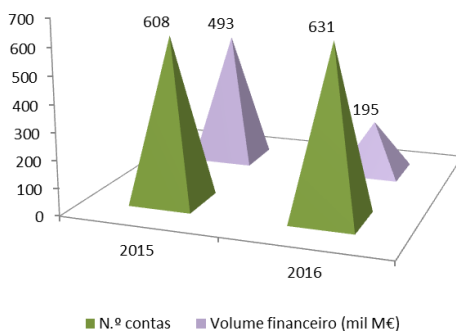
Unidade: m€

	Contas homologadas		das quais com recomendações	Recusa de homologação		Entidades a que respeitam as contas		Volume financeiro	
	N.º	%		N.º	%	N.º	%	Montante	%
Adm. Central	449	72,2%	24	2	22,2%	375	71,2%	189.421.691	97,3%
Adm. Local	116	18,6%	95	7	77,8%	97	18,4%	3.329.089	1,7%
Adm. Regional	57	9,2%	16		0,0%	55	10,4%	1.906.873	1,0%
Total	622	100,0%	135	9	100,0%	527	100,0%	194.657.653	100,0%

Verificação interna de contas - evolução

Unidade: m€

	2015		2016	
	N.º contas	Volume fin.	N.º contas	Volume fin.
Sede	515	488.701.644	550	192.007.214
SRA	32	2.174.595	20	1.224.273
SRM	61	1.706.010	61	1.426.166
Total	608	492.582.249	631	194.657.653
			4%	-60%



ENTIDADES OBJETO DE CONTROLO

Sede - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo (1)

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Administração Interna	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1 *
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna			1	1						
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Autoridade de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR 2020)			1							
Fundo do Aproveitamento Hidroelétrico do Baixo Sabor			1							
Fundo Florestal Permanente			1							
Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.			1							
Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P.			1							
Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P.			1							
Ambiente	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.			1							
Direção-Geral do Território			1							
Fundo de Intervenção Ambiental			1							
Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos			1							
Fundo para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.			1							
QREN- Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Valorização do Território			1							
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
Freguesia das Avenidas Novas - Lisboa								1		
Freguesia de Belém - Lisboa								1		
Freguesia de Benfica - Lisboa								1		
Freguesia de Carnide - Lisboa								1		
Freguesia de Santa Clara - Lisboa								1		
Freguesia dos Olivais - Lisboa								1		
Município do Seixal								1		
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	0	1	0	16	0	0	0	0	17
Escola Superior de Enfermagem de Lisboa					1					
Escola Superior de Enfermagem do Porto					1					
Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril - Estoril					1					
Escola Superior Náutica Infante D. Henrique					1					
Estádio Universitário de Lisboa - Universidade de Lisboa					1					
Fundação Luís de Molina, F. P.					1					
Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.			1							
Instituto Politécnico de Coimbra					1					
Instituto Politécnico de Guarda					1					
Instituto Politécnico de Leiria					1					
Instituto Politécnico de Lisboa					1					
Instituto Politécnico de Santarém					1					
Instituto Politécnico de Setúbal					1					
Instituto Superior de Agronomia - Universidade de Lisboa					1					
Universidade Aberta - Reitoria					1					
Universidade da Beira Interior - Reitoria					1					
Universidade de Évora - Reitoria					1					
Cultura	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Direção-Geral das Artes					1					
Defesa Nacional	1	0	0	6	0	0	0	0	0	6 *
Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional				1						
Estado-Maior da Armada - Marinha				1						
Estado-Maior da Força Aérea				1						
Instituto Hidrográfico (Marinha)				1						
Laboratório Militar dos Produtos Químicos e Farmacêuticos				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional	1			1						
Economia	1	1	5	1	0	0	0	0	0	7 *
Direção-Geral das Atividades Económicas			1							
Fundo de Contragarantia Mútuo		1								
IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.			1							
Instituto do Turismo de Portugal, I. P.	1		1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Fatores de Competitividade			1							
Secretaria-Geral do Ministério da Economia			1							
Território, IT - Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação			1							



Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Encargos Gerais do Estado	0	0	0	9	0	0	0	0	0	9
Assembleia da República				1						
Cofre da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas				1						
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas				1						
Cofre do Tribunal de Contas				1						
Comissão Nacional de Eleições				1						
Grupo Público - Tribunal de Contas				1						
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas				1						
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas				1						
Tribunal de Contas				1						
Finanças	5	21	5	0	0	0	1	0	6	26 *
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.	1									
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E.		1	1						1	
Autoridade Tributária e Aduaneira		1								
Banco de Portugal									1	
Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas		1	1							
Direção-Geral do Orçamento	1	1	1						1	
Direção-Geral do Tesouro e Finanças	1	1	1						1	
Direção-Geral do Tesouro e Finanças - Despesas Excepcionais (Capítulo 60.º)		1								
Entidade Contabilística «Ação Governativa»		1								
Entidade Contabilística «Gestão Administrativa e Financeira»		1								
Entidade Contabilística do Estado		1								
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.	1	1								
Fundo de Acidentes de Trabalho		1								
Fundo de Estabilização Aduaneira		1								
Fundo de Estabilização Tributário		1								
Fundo de Garantia Automóvel		1								
Fundo de Garantia de Depósitos		1								
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo		1								
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial		1								
Fundo de Resolução		1							1	
Fundo Português de Carbono				1						
Gabinete do Ministro das Finanças	1							1		
Secretaria-Geral do Ministério das Finanças		1								
Serviços Sociais da Administração Pública		1								
Sistema de Indemnização aos Investidores		1								
Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial									1	
Justiça	0	0	0	4	0	0	1	0	0	4 *
Gabinete da Ministra da Justiça				1			1			
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.				1						
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.				1						
Tribunal da Relação de Lisboa				1						
Mar	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos			1							
Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.			1							
Negócios Estrangeiros	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Agência para o Investimento e o Comércio Externo de Portugal, E.P.E.			1							
Não Aplicável	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
ESO - European Southern Organization for Astronomical Research in the Southern Hemisphere					1					
Planeamento e das Infraestruturas	2	0	8	0	0	0	0	0	0	9 *
Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P. - (Agência, IP)	1		1							
Gabinete do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas	1									
Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.			1							
Laboratório Nacional de Engenharia Civil, I. P.			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional de Lisboa			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Alentejo (INALENTEJO)			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Algarve			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Centro			1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Regional do Norte			1							
Presidência do Conselho de Ministros	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Direção-Geral das Autarquias Locais	1									
Instituto Nacional de Estatística, I. P.				1						

Tribunal de Contas

Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Saúde	1	0	0	0	0	23	0	0	0	23 *
Administração Central do Sistema de Saúde, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Centro, I. P.						1				
Administração Regional de Saúde do Norte, I. P.						1				
Centro Hospitalar da Cova da Beira, E.P.E. - Covilhã						1				
Centro Hospitalar de Entre o Douro e Vouga, E.P.E. - Santa Maria da Feira						1				
Centro Hospitalar de Leiria, E.P.E. - Leiria						1				
Centro Hospitalar de São João, E.P.E. - Porto						1				
Centro Hospitalar do Algarve, E.P.E. - Faro						1				
Centro Hospitalar do Médio Tejo, E.P.E. - Torres Novas						1				
Centro Hospitalar Lisboa Norte, E.P.E. - Lisboa						1				
Entidade Reguladora da Saúde						1				
Hospital de Garcia de Orta, E.P.E. - Almada						1				
Hospital Distrital da Figueira da Foz, E.P.E. - Figueira da Foz						1				
Hospital Distrital de Santarém, E.P.E. - Santarém						1				
Hospital do Litoral Alentejano, E.P.E.						1				
Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca, E.P.E. - Amadora						1				
SPMS - Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E.	1					1				
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E. - Guarda						1				
Unidade Local de Saúde do Alto Minho, E.P.E. - Viana do Castelo						1				
Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo, E.P.E. - Beja						1				
Sec. Regional da Solidariedade Social - Açores	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituto da Segurança Social dos Açores, I. P. R. A.							1			
Sec. Regional dos Assuntos Sociais - Madeira	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM							1			
Setor Empresarial Local	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
C.D.R. - Cooperação e Desenvolvimento Regional, E. I. M.								1		
PFR INVEST, Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.								1		
Sicó Formação - Sociedade de Ensino Profissional, S. A.								1		
VRSA, Sociedade de Gestão Urbana, E. M., S. A.								1		
Setor Empresarial do Estado	3	0	0	0	0	2	0	0	26	31
Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A.									1	
ADP - Águas de Portugal, SGPS, S. A.									1	
ANA - Aeroportos de Portugal, S. A.									1	
APA - Administração do Porto de Aveiro, S. A.									1	
APDL - Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, S. A.									1	
APL - Administração do Porto de Lisboa, S. A.									1	
APS - Administração dos Portos de Sines e do Algarve, S. A.									1	
APSS - Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S. A.									1	
Caixa Geral de Depósitos, S. A.									1	
Caixa Seguros e Saúde, SGPS, S. A.									1	
COSEC - Companhia de Seguro de Créditos, S. A.	1									
CP Carga - Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S. A.									1	
CTT - Correios de Portugal, S. A.									1	
EGF - Empresa Geral do Fomento, S. A.									1	
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A.									1	
ENVC - Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S. A. - Em Liquidação									1	
Escala Braga - Sociedade Gestora do Edifício, S. A.						1				
Escala Braga - Sociedade Gestora do Estabelecimento, S. A.						1				
Infraestruturas de Portugal, S. A.									1	
Novo Banco, SA									1	
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.									1	
Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A.									1	
PARUPS, S. A.	1									
PARVALOREM, S. A.	1									
Polis Litoral Ria de Aveiro - Sociedade para a Requalificação e Valorização da Ria de Aveiro, S. A.									1	
PolisAlbufeira - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Albufeira, S. A. - Em Liquidação									1	
PolisVila do Conde - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Vila do Conde, S. A. - Em Liquidação									1	
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.									1	
SetúbalPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Setúbal, S. A. - Em Liquidação									1	
TAP - Transportes Aéreos Portugueses, S. A.									1	
ViseuPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viseu, S. A. - Em Liquidação									1	



Tutela / Entidade	Área de Responsabilidade									Total
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	3	0	3	0	0	1	8	0	0	12 *
Caixa Geral de Aposentações, I. P.							1			
Cooperativa António Sérgio para a Economia Social - Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada			1							
Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social							1			
Fundo de Garantia Salarial - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.								1		
Gabinete do Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	1							1		
Instituto da Segurança Social, I. P.								1		
Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, I. P.								1		
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.	1							1		
Instituto de Informática, I. P.								1		
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I. P.	1		1							
QREN - Estrutura de Missão para o Programa Operacional (PO) Temático Potencial Humano			1							
Santa Casa da Misericórdia do Porto							1			
Total	22	22	40	22	19	26	12	11	32	185 *

Entidade objeto de controlo por mais que uma Área de Responsabilidade

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo de entidades por mais que uma Área de Responsabilidade *

1) Tipos de ação (concluída e em curso) considerados:

Verificação Externa de Contas

Ação preparatória do Parecer sobre a CGE

Acompanhamento da execução orçamental

Acompanhamento de recomendações

Análise de Denúncias

Ação Instrumental

Auditoria Ambiental

Auditoria de Projeto ou Programa

Auditoria de Seguimento

Auditoria de Sistemas

Auditoria Financeira

Auditoria Horizontal

Auditoria Integrada

Auditoria Operacional ou de Resultados

Auditoria Orientada

Sede - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Administração Interna	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos - Ministério da Administração Interna				1						
Gabinete do Secretário de Estado da Administração Interna				1						
Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna				1						
Agricultura e do Mar	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte			1							
Direção-Geral das Pescas e Aquicultura			1							
Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos			1							
Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar			1							
Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural			1							
Gabinete do Secretário de Estado da Alimentação e da Investigação Agroalimentar			1							
QCA III - Gestor do Programa Operacional Regional de Lisboa e Vale do Tejo (PORKVT)			1							
QCA III - Gestor do Programa Operacional Regional do Alentejo (PORA)			1							
Ambiente e do Ordenamento do Território	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Centro de Prospetiva e Planeamento e Relações Internacionais - Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território			1							
Fundo de Intervenção Ambiental			1							
Autarquias Locais	0	0	0	0	0	0	0	100	0	100
Fesnima, Empresa Pública de Animação de Olhão, EEM								1		
Freguesia de Boticas - Boticas								1		
Freguesia de Forte da Casa - Vila Franca de Xira								1		
Freguesia de Macieira - Lousada								1		
Freguesia de Mafamude - Vila Nova de Gaia								1		
Freguesia de Póvoa de Santa Iria - Vila Franca de Xira								1		
Freguesia de Ruilhe - Braga								1		
Freguesia de Vale de Cavalos - Chamusca								1		
MELSPORT - Melgaço, Desporto e Lazer, E.M.								1		
Município da Amadora								1		
Município da Anadia								1		
Município da Azambuja								1		
Município da Chamusca								1		
Município da Fronteira								1		
Município da Maia								1		
Município de Abrantes								1		
Município de Albufeira								1		
Município de Alcácer do Sal								1		
Município de Alcanena								1		
Município de Alijó								1		
Município de Aljezur								1		
Município de Almada								1		
Município de Alpiarça								1		
Município de Armamar								1		
Município de Arronches								1		
Município de Barcelos								1		
Município de Barrancos								1		
Município de Boticas								1		
Município de Braga								1		
Município de Bragança								1		
Município de Carraceda de Ansiães								1		
Município de Carregal do Sal								1		
Município de Castanheira de Pêra								1		
Município de Castelo de Paiva								1		
Município de Chaves								1		
Município de Faro								1		
Município de Felgueiras								1		
Município de Gondomar								1		
Município de Gouveia								1		
Município de Idanha-a-Nova								1		
Município de Ílhavo								1		
Município de Lagoa								1		
Município de Leiria								1		
Município de Lisboa								1		
Município de Lousada								1		
Município de Mangualde								1		
Município de Matosinhos								1		
Município de Mêda								1		
Município de Melgaço								1		
Município de Mesão Frio								1		
Município de Monchique								1		
Município de Monforte								1		
Município de Montalegre								1		
Município de Moura								1		
Município de Murça								1		
Município de Nelas								1		
Município de Nisa								1		
Município de Óbidos								1		
Município de Odemira								1		
Município de Odivelas								1		
Município de Olhão								1		
Município de Oliveira de Frades								1		
Município de Ourique								1		
Município de Penacova								1		
Município de Penalva do Castelo								1		
Município de Penela								1		
Município de Peso da Régua								1		
Município de Pombal								1		
Município de Portalegre								1		
Município de Porto de Mós								1		
Município de Reguengos de Monsaraz								1		
Município de Santa Comba Dão								1		



Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Município de Santa Maria da Feira									1	
Município de Santa Marta de Penaguião									1	
Município de Santiago do Cacém									1	
Município de Sátão									1	
Município de Seia									1	
Município de Sesimbra									1	
Município de Silves									1	
Município de Tabuaço									1	
Município de Torres Novas									1	
Município de Vagos									1	
Município de Vendas Novas									1	
Município de Viana do Alentejo									1	
Município de Viana do Castelo									1	
Município de Vila Nova de Famalicão									1	
Município de Vila Real									1	
Município de Vila Verde									1	
Município do Alvão									1	
Município do Fundão									1	
Município do Gavião									1	
Município do Montijo									1	
Município do Redondo									1	
Município do Vimioso									1	
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Município de Almada									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Saneamento do Município do Montijo									1	
Serviços Municipalizados de Águas e Transportes do Município de Portalegre									1	
Serviços Municipalizados de Saneamento Básico do Município de Viana do Castelo									1	
Serviços Municipalizados do Município de Abrantes									1	
VARZIM LAZER - Empresa Municipal de Gestão de Equipamentos Desportivos e de Lazer, E.E.M.									1	
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	0	0	0	0	34	0	0	0	0	34
Centro Científico e Cultural de Macau, I. P.					1					
Centro de Recursos Comuns e Serviços Partilhados - Universidade de Lisboa					1					
Escola Superior de Enfermagem de Calouste Gulbenkian - Lisboa					1					
Escola Superior de Enfermagem de Coimbra					1					
Escola Superior de Saúde do Alcoitão - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa					1					
Estádio Universitário de Lisboa, I. P.					1					
Faculdade de Arquitetura - Universidade Técnica de Lisboa					1					
Faculdade de Belas-Artes - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Ciências Médicas - Universidade Nova de Lisboa					1					
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa					1					
Faculdade de Direito - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Farmácia - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Letras - Universidade de Lisboa					1					
Faculdade de Medicina Veterinária - Universidade Técnica de Lisboa					1					
Faculdade de Motricidade Humana - Universidade Técnica de Lisboa					1					
Gabinete do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior					1					
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território - Universidade de Lisboa					1					
Instituto de Tecnologia Química e Biológica António Xavier - Universidade Nova de Lisboa					1					
Instituto Politécnico de Beja					1					
Instituto Politécnico de Bragança					1					
Instituto Politécnico de Castelo Branco					1					
Instituto Politécnico de Lisboa					1					
Instituto Politécnico de Tomar					1					
Instituto Politécnico de Viana do Castelo					1					
Instituto Politécnico do Porto					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Coimbra					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Lisboa					1					
Serviços de Ação Social - Instituto Politécnico de Tomar					1					
Serviços de Ação Social - Universidade de Coimbra					1					
Serviços de Ação Social - Universidade de Lisboa					1					
Serviços de Ação Social - Universidade do Algarve					1					
Serviços de Ação Social Escolar - Instituto Politécnico de Viseu					1					
Serviços de Ação Social Escolar - Universidade Técnica de Lisboa					1					
Universidade Nova de Lisboa - Reitoria					1					
Cultura	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Academia Portuguesa de História					1					
Cinemateca Portuguesa - Museu do Cinema, I. P.					1					
Fundo de Fomento Cultural					1					
Instituto dos Museus e da Conservação, I. P.					1					
Defesa Nacional	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Direção-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar				1						
Economia	0	0	6	1	0	0	0	1	2	10
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica			1							
Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões									1	
Autoridade Nacional de Comunicações									1	
Direção Regional da Economia de Lisboa e Vale do Tejo			1							
Direção Regional da Economia do Norte			1							
Direção-Geral das Atividades Económicas			1							
Instituto da Construção e do Imobiliário, I. P.			1							
Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.			1							
Ordem dos Arquitetos				1						
Turismo de Leiria-Fátima - Entidade Regional de Turismo do Pólo de Desenvolvimento Turístico de Leiria-Fátima									1	

Tribunal de Contas

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Educação	0	0	0	0	66	0	0	0	0	66
Agrupamento de Escolas Adriano Correia de Oliveira - Vila Nova de Gaia - Porto					1					
Agrupamento de Escolas D. Pedro I - Alcobaça - Leiria					1					
Direção Regional de Educação do Alentejo					1					
Direção Regional de Educação do Centro					1					
Direção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Amora					1					
Escola Secundária Pluricurricular de Sebastião e Silva - Oeiras					1					
Agrupamento de Escolas Abade de Baçal - Bragança					1					
Agrupamento de Escolas Básicas dos 2.º e 3.º Ciclos de Sardoal - Santarém					1					
Agrupamento de Escolas Centro de Portugal, Vila de Rei - Castelo Branco					1					
Agrupamento de Escolas da Rainha D. Leonor - Lisboa					1					
Agrupamento de Escolas de Alves Redol - Vila Franca de Xira					1					
Agrupamento de Escolas de António Nobre - Porto					1					
Agrupamento de Escolas de António Sena Faria de Vasconcelos - Castelo Branco					1					
Agrupamento de Escolas de Arganil - Coimbra					1					
Agrupamento de Escolas de Arouca - Aveiro					1					
Agrupamento de Escolas de Carlos Amarante - Braga					1					
Agrupamento de Escolas de Eiriz - Paços de Ferreira - Porto					1					
Agrupamento de Escolas de Eixo - Aveiro					1					
Agrupamento de Escolas de Esgueira - Aveiro					1					
Agrupamento de Escolas de Eugénio de Castro - Coimbra					1					
Agrupamento de Escolas de Gil Paes, Torres Novas - Santarém					1					
Agrupamento de Escolas de Golegã, Azinhaga e Pombalinho, Golegã - Santarém					1					
Agrupamento de Escolas de Gouveia - Guarda					1					
Agrupamento de Escolas de Guilherme Correia de Carvalho - Seia - Guarda					1					
Agrupamento de Escolas de Ílhavo - Aveiro					1					
Agrupamento de Escolas de Parede, Cascais - Lisboa					1					
Agrupamento de Escolas de Santa Catarina, Linda-a-Velha - Oeiras - Lisboa					1					
Agrupamento de Escolas de Sátão-Viseu					1					
Agrupamento de Escolas de Vieira de Araújo - Vieira do Minho - Braga					1					
Agrupamento de Escolas de Viso - Viseu					1					
Agrupamento de Escolas do Dr. João Araújo Correia, Peso da Régua - Vila Real					1					
Agrupamento de Escolas do Poeta Joaquim Serra - Montijo - Setúbal					1					
Agrupamento Vertical de Escolas da Trafaria - Almada - Setúbal					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Algueirão, Mem Martins - Sintra - Lisboa					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Alhandra, Sobralinho e S. João dos Montes - Vila Franca de Xira - Lisboa					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Álvaro Velho, Lavradio - Barreiro - Setúbal					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Castro Daire - Viseu					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de D. Carlos I - Sintra - Lisboa					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Febo Moniz, Almeirim - Santarém					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Paredes - Porto					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Pedro de Santarém - Lisboa					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Tábua - Coimbra					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Valpaços - Vila Real					1					
Agrupamento Vertical de Escolas de Vialonga, Vila Franca de Xira - Lisboa					1					
Agrupamento Vertical de Escolas do Vale de Ovil - Baião - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Marques de Castilho, Águeda - Aveiro					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico do Dr. Manuel Laranjeira, Espinho - Aveiro					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico D.ª Inês de Castro, Alcobaça - Leiria					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Almeida Garrett, Gaia - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de António Sérgio, Gaia - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Emídio Navarro - Viseu					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Fafe - Braga					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Felgueiras - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Filipa de Vilhena - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Inês de Castro, Vila Nova de Gaia - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de José Gomes Ferreira - Lisboa					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Martins Sarmento de Guimarães - Braga					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Sá da Bandeira - Santarém					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico de Trofa - Porto					1					
Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Dr. Joaquim de Carvalho - Figueira Foz					1					
Escola Secundária D. João II - Setúbal					1					
Escola Secundária da Quinta das Flores - Coimbra					1					
Escola Secundária de João Gonçalves Zarco - Matosinhos					1					
Escola Secundária de Sá de Miranda, Braga - Braga					1					
Escola Secundária Pluricurricular de Monserrate - Viana do Castelo					1					
Encargos Gerais do Estado	0	0	0	4	0	0	0	0	1	5
Comissão Nacional de Proteção de Dados					1					
Conselho de Prevenção da Corrupção - Tribunal de Contas					1					
ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social									1	
Presidência da República					1					
Supremo Tribunal de Justiça					1					
Finanças	2	143	0	0	0	0	0	0	1	146
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E. P. E - Encargos da Dívida Pública.	1									
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.		1								
Alfândega de Braga - Braga					1					
Alfândega de Viana do Castelo - Viana do Castelo					1					
Alfândega do Aeroporto de Lisboa - Lisboa					1					
Alfândega do Jardim do Tabaco - Lisboa					1					
Comissão do Mercado de Valores Mobiliários									1	
Direção-Geral do Tesouro e Finanças					1					
Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I. P.					1					
Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo					1					
Fundo de Reabilitação e Conservação Patrimonial					1					
Fundo de Regularização da Dívida Pública	1									
Instituto Nacional de Administração, I. P.					1					
Posto Aduaneiro de Riachos - Alfândega de Peniche					1					
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Abrantes - Santarém					1					



Tutela \ Entidade

	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Águeda - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcanena - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alcobaça - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Aljezur - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almada 2 - Cova da Piedade - Almada - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almeida - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Almeirim - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Alter do Chão - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amadora 1 - Amadora - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Amarante - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Anadia - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ansião - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arganil - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Armamar - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arouca - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arraiolos - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Arronches - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Borba - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Boticas - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Calheta - Angra do Heroísmo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Carregal do Sal - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo Branco 1 - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castelo de Paiva - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Castro Verde - Beja	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Coimbra 1 - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Condeixa-a-Nova - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Estarreja - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ferreira do Alentejo - Beja	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fornos de Algodres - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Funchal 2 - Funchal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Fundão - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Horta - Horta	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Idanha-a-Nova - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lisboa 3 - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Lousã - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Maia - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Matosinhos 2 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mealhada - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mêda - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Melgaço - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mértola - Beja	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mirandela - Bragança	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mogadouro - Bragança	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Moita - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Monção - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Monchique - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mondim de Basto - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Montemor-o-Novo - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Montemor-o-Velho - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Montijo - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mora - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mortágua - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Mourão - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Murtosa - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Nazaré - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Nelas - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Nisa - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Óbidos - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Odemira - Beja	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Odivelas - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oeiras 1 - Oeiras - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oeiras 3 - Algés - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oleiros - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oliveira de Azeméis - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Oliveira do Hospital - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Paredes - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penafiel - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penedono - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Penela - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ponte de Lima - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ponte de Sor - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Portalegre - Portalegre	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Portimão - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 1 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 2 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 3 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 4 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto 5 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto de Mós - Leiria	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Porto Santo - Funchal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Proença-a-Nova - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Redondo - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Reguengos de Monsaraz - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Ribeira Grande - Ponta Delgada	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Salvaterra de Magos - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santana - Funchal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santarém - Santarém	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santiago do Cacém - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Santo Tirso - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São Brás de Alportel - Faro	1									

Tribunal de Contas

Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São João da Madeira - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São João da Pesqueira - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São Pedro do Sul - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de São Vicente - Funchal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Seia - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Seixal 1 - Seixal - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sertã - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Setúbal 2 - Setúbal	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Silves - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sintra 1 - Sintra - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sintra 3 - Cacém - Sintra - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Sobral de Monte Agraço - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Soure - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tábua - Coimbra	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tabuaço - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Terras de Bouro - Braga	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Tondela - Viseu	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Torres Vedras - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Trancoso - Guarda	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vagos - Aveiro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Valongo 2 - Ermesinde - Valongo - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Velas - Angra do Heroísmo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vendas Novas - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Viana do Castelo - Viana do Castelo	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vidigueira - Beja	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila de Rei - Castelo Branco	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila do Bispo - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila do Conde - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila do Porto - Ponta Delgada	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Flor - Bragança	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Franca de Xira 1 - Vila Franca de Xira - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Franca de Xira 2 - Alverca - Vila Franca de Xira - Lisboa	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Famalicão 2 - Braga	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 1 - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Nova de Gaia 3 (anterior 4) - Porto	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Pouca de Aguiar - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Real - Vila Real	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Real de Santo António - Faro	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Verde - Braga	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Viçosa - Évora	1									
Secção de Tesouraria do Serviço de Finanças de Vila Viçosa - Évora	1									
Serviços Sociais da Administração Pública	1									
Justiça	0	0	0	8	0	0	0	0	0	8
Comissão de Protecção às Vítimas de Crimes				1						
Direção-Geral da Política de Justiça				1						
Instituto das Tecnologias de Informação da Justiça, I. P.				1						
Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas da Justiça, I. P.				1						
Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P.				1						
Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P.				1						
Ordem dos Advogados				1						
Tribunal da Relação de Guimarães				1						
Negócios Estrangeiros	0	0	0	53	0	0	0	0	0	53
Centro Cultural Português em Brasília - Brasil - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Díli - Timor - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Pequim - China - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Rabat - Marrocos - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Centro Cultural Português em Tóquio - Japão - Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, I. P.				1						
Consulado-Geral de Portugal em Newark - Estados Unidos da América				1						
Consulado-Geral de Portugal em Paris - França				1						
Consulado-Geral de Portugal em São Francisco - Estados Unidos da América				1						
Consulado-Geral de Portugal em Sevilha - Espanha				1						
Consulado-Geral de Portugal em Vancouver - Canadá				1						
Consulado-Geral de Portugal em Zurique - Suíça				1						
Consulado-Geral de Portugal na Beira - Moçambique				1						
o Permanente de Portugal junto da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) - Paris - França				1						
Direção-Geral de Política Externa				1						
Direção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos				1						
Embaixada de Portugal em Abu Dhabi - Emirados Árabes Unidos				1						
Embaixada de Portugal em Abuja - Nigéria				1						
Embaixada de Portugal em Banguecoque - Tailândia				1						
Embaixada de Portugal em Brasília - Brasil				1						
Embaixada de Portugal em Cairo - Egipto				1						
Embaixada de Portugal em Camberra - Austrália				1						
Embaixada de Portugal em Dakar - Senegal				1						
Embaixada de Portugal em Díli - Timor				1						
Embaixada de Portugal em Doha - Qatar				1						
Embaixada de Portugal em Haia - Holanda				1						
Embaixada de Portugal em Havana - Cuba				1						
Embaixada de Portugal em Kinshasa - República Democrática do Congo				1						
Embaixada de Portugal em Liubliana - Eslovénia				1						
Embaixada de Portugal em Luxemburgo - Luxemburgo				1						
Embaixada de Portugal em Oslo - Noruega				1						
Embaixada de Portugal em Ottawa - Canadá				1						
Embaixada de Portugal em Pequim - China				1						
Embaixada de Portugal em Praga - República Checa				1						
Embaixada de Portugal em Riga - Letónia				1						
Embaixada de Portugal em Seul - Coreia do Sul				1						
Embaixada de Portugal em Sófia - Bulgária				1						
Embaixada de Portugal em Teerão - Irão				1						
Embaixada de Portugal em Tunes - Tunísia				1						
Embaixada de Portugal em Zagreb - Croácia				1						



Tutela \ Entidade	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	Total
Embaixada de Portugal na Santa Sé - Vaticano					1					
Embaixada de Portugal no México - México					1					
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Estados Unidos da América					1					
Estrutura de Coordenação do Ensino Português no Estrangeiro - Luxemburgo, Bélgica e Países Baixos					1					
Instituto Camões - Centro Cultural Português em São Tomé e Príncipe					1					
Instituto Camões, I. P.					1					
Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.					1					
Vice-Consulado de Portugal em Curitiba - Brasil					1					
Vice-Consulado de Portugal em Fortaleza - Brasil					1					
Vice-Consulado de Portugal em Frankfurt - Alemanha					1					
Vice-Consulado de Portugal em Porto Alegre - Brasil					1					
Vice-Consulado de Portugal em Providence - Estados Unidos da América					1					
Vice-Consulado de Portugal em Recife - Brasil					1					
Vice-Consulado de Portugal em Toulouse - França					1					
Planeamento e das Infraestruturas	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo					1					
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte					1					
QCA III - Gestor do Programa Operacional das Acessibilidades e Transportes					1					
Presidência do Conselho de Ministros	0	0	1	3	2	0	0	0	0	6
Academia Internacional de Cultura Portuguesa					1					
Comissão Nacional para as comemorações do Centenário da República					1					
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares					1					
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.					1					
Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional, I. P.					1					
Instituto Nacional de Estatística, I. P.					1					
Saúde	0	0	0	0	0	15	0	0	0	15
Centro de Histocompatibilidade do Sul						1				
Centro Hospitalar Barreiro Montijo, E.P.E.						1				
Centro Hospitalar de Lisboa Central E.P.E.						1				
Centro Hospitalar de Lisboa Norte E.P.E.						1				
Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental E.P.E.						1				
Centro Hospitalar do Barlavento Algarvio, E.P.E.						1				
Centro Hospitalar Póvoa de Varzim/Vila do Conde, E.P.E.						1				
Centro Hospitalar Psiquiátrico de Lisboa						1				
Direção-Geral de Proteção Social aos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE)						1				
Hospital José Luciano de Castro - Anadia						1				
Hospital Santa Maria Maior, E.P.E. - Barcelos						1				
Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.						1				
Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto - Lisboa						1				
Maternidade do Dr. Alfredo da Costa - Lisboa						1				
Unidade Local de Saúde de Castelo Branco, E.P.E.						1				
Solidariedade, Emprego e Segurança Social	0	0	1	0	0	0	4	0	0	5
Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Reabilitação							1			
Protocolar de Formação Profissional para o Setor da Justiça							1			
QCA III - Gabinete do Gestor do Programa de Iniciativa Comunitária EQUAL						1				
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa							1			
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa - Departamento de Jogos							1			
Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	0	0	0	0	0	0	12	0	0	12
Casa Pia de Lisboa, I. P.							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria da Madeira e Mobiliário							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica, Energia, Telecomunicações e Tecnologias da Informação (CINEL)							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica							1			
Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil							1			
Centro de Formação Profissional do Artesanato							1			
Centro de Formação Profissional para o Setor dos Trabalhadores de Escritório, Comércio, Serviços e Novas Tecnologias							1			
Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho							1			
Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho							1			
Fundo de Reestruturação do Sector Solidário							1			
Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais da Banca e dos Casinos							1			
Instituto do Emprego e da Formação Profissional, I P							1			
Total	2	143	19	75	106	15	16	101	4	481 *

Este total não inclui as duplicações resultantes de a entidade ter sido controlada em mais que uma conta (foram controladas 586 + 4 contas). Inclui todas as tipologias de decisão / procedimento (homologadas, recusa de homologação e análise concluída) *

Secção Regional dos Açores - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	0	0	1	0	1
Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores			1		
Autarquias Locais	13	31	8	0	45 *
Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel	1				
Freguesia da Água Retorta - Povoação	1				
Freguesia da Luz - Santa Cruz da Graciosa	1				
Freguesia da Relva - Ponta Delgada	1				
Freguesia de Ajuda da Bretanha - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Calhetas - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Feteira - Angra do Heroísmo		1			
Freguesia de Feteira - Horta		1			
Freguesia de Fontinhas - Praia da Vitória		1			
Freguesia de Lajes - Praia da Vitória		1			
Freguesia de Lajes das Flores - Lajes das Flores		1			
Freguesia de Lajes do Pico - Lajes do Pico		1			
Freguesia de Maia - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Mosteiros - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Norte Grande - Velas		1			
Freguesia de Nossa Senhora dos Remédios - Povoação		1			
Freguesia de Pico da Pedra - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Piedade - Lajes do Pico		1			
Freguesia de Porto Formoso - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Porto Martins - Praia da Vitória		1			
Freguesia de Prainha - São Roque do Pico		1			
Freguesia de Ribeirinha - Ribeira Grande		1			
Freguesia de Rosais - Velas		1			
Freguesia de Rosto do Cão (Livramento) - Ponta Delgada	1				
Freguesia de Santa Cruz - Lagoa		1			
Freguesia de Santa Cruz da Graciosa - Santa Cruz da Graciosa		1			
Freguesia de Santo António - Ponta Delgada			1		
Freguesia de São Pedro - Ponta Delgada		1			
Freguesia de Topo - Calheta de São Jorge		1			
Freguesia de Urzelina - Velas		1			
Freguesia do Faial da Terra - Povoação	1				
Freguesia do Mosteiro - Lajes			1		
Município da Lagoa (Açores)		1			
Município da Madalena do Pico	1		1		
Município da Povoação		1	1		
Município da Praia da Vitória		1			
Município da Ribeira Grande	1	1			
Município das Lajes das Flores	1		1		
Município das Lajes do Pico		1			
Município das Velas	1				
Município de Ponta Delgada	1	1			
Município de Santa Cruz da Graciosa			1		
Município de Vila do Porto	1		1		
Município do Corvo			1		
Município do Nordeste	1	1			
Encargos Gerais do Estado	0	0	2	0	2
Cofre da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas			1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	2	1	2	0	5
Direção Regional da Cultura		1			
Escola Básica Integrada Canto da Maia	1				
Escola Básica Integrada da Praia da Vitória			1		
Escola Básica Integrada Rabo de Peixe	1				
Escola Profissional das Capelas			1		
Secretaria Regional da Saúde	0	0	1	0	1
Direção Regional da Saúde			1		



Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	EPA	Total
Secretaria Regional da Solidariedade Social	1	0	1	0	2
Direção Regional da Habitação			1		
Secretaria Regional da Solidariedade Social	1				
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	1	1	1	0	2 *
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	1		1		
Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia		1			
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	1	0	1	1	3
Direção Regional dos Recursos Florestais			1		
Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (Delegação da Terceira)				1	
Secretaria Regional da Agricultura e Ambiente	1				
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	1	0	0	1	1 *
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	1			1	
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	1	0	2	2	5
Direção Regional de Apoio ao Investimento e à Competitividade			1		
Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional			1		
Direção Regional do Orçamento e Tesouro				1	
RIAC - Agência para a Modernização e Qualidade do Serviço ao Cidadão, I. P.	1				
Tesouraria de Ponta Delgada				1	
Setor Empresarial Autárquico	3	10	1	0	13 *
Azores Parque - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Parques Empresariais, E. M., S. A.		1			
Cidade em Ação - Sociedade de Desenvolvimento e Gestão de Equipamentos Urbanos, S. A.	1	1			
Culturpico, Equipamentos e Projetos para o Desenvolvimento do Município das Lajes do Pico, E. E. M. - Em Liquidação		1			
TERAMB - Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da Ilha da Terceira, E. M.		1			
Ocidentalmais - Empresa Pública Municipal de Gestão e Equipamentos Económicos, Culturais, Desportivos e de Lazer, E. M.			1		
Madalenagir, E. M., S. A.	1				
Salão Teatro Praiseiro, S. A.		1			
Nordeste Ativo, E. M., S. A.	1				
Ponta Delgada Social - Construção, Exploração e Gestão de Equipamentos Sociais, Sociedade Unipessoal por Quotas		1			
Praia Ambiente, S. A., E. M.		1			
Praia em Movimento, E. M.		1			
S.D.C.P.V. - Sociedade de Desenvolvimento do Concelho da Praia da Vitória, S.A.		1			
Ribeira Grande Mais - Empresa Municipal de Habitação Social, Requalificação Urbana e Ambiental, E. M.		1			
Setor Empresarial Regional	2	5	2	1	8 *
Ilhas de Valor, S. A.				1	
Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada, EPER			1		
SAUDAÇOR - Sociedade Gestora de Recursos e Equipamentos da Saúde dos Açores, S. A.			1		
AZORINA - Sociedade de Gestão Ambiental e Conservação da Natureza, S. A.	1				
SATA - Sociedade de Transportes Aéreos, SGPS, S. A.		1			
SATA, Gestão Aerodromos, S. A.		1			
SINAGA - Sociedade de Indústrias Agrícolas Açorianas, S.A.		1			
Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S. A.		1			
SATA Air Açores - Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S. A.	1	1			
Total	25	48	22	5	88 *

Entidade objeto de controlo por mais que um Departamento

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo de entidades por mais que um Departamento *

Secção Regional dos Açores -- Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	DAT.3	EPA	Total
Autarquias Locais	3	0	3
Freguesia da Ribeira Seca - Calheta	1		
Município da Ribeira Grande	1		
Município de Vila Franca do Campo	1		
Presidência do Governo Regional	2	0	2
Direção Regional da Juventude	1		
Secretaria-Geral da Presidência do Governo Regional dos Açores	1		
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	1	0	1
Direção Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural	1		
Secretaria Regional da Educação e Cultura	3	0	3
Direção Regional da Cultura	1		
Direção Regional do Desporto	1		
Direção Regional de Educação	1		
Secretaria Regional da Energia, Ambiente e Turismo	3	0	3
Direção Regional do Ambiente	1		
Direção Regional da Energia	1		
Direção Regional do Turismo	1		
Secretaria Regional da Saúde	3	0	3
Direção Regional da Saúde	1		
Gabinete do Secretário Regional da Saúde	1		
Unidade de Saúde da Ilha Graciosa	1		
Secretaria Regional do Mar, Ciência e Tecnologia	2	0	2
Direção Regional dos Assuntos do Mar	1		
Direção Regional das Pescas	1		
Secretaria Regional dos Transportes e Obras Públicas	2	0	2
Direção Regional dos Transportes	1		
Gabinete do Secretário Regional do Turismo e Transportes	1		
Vice-Presidência do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	4	2	6
Direção Regional de Organização e Administração Pública	1		
Direção Regional do Orçamento e Tesouro	1		
Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais	1		
Serviço Regional de Estatística dos Açores	1		
Tesouraria da Horta		1	
Tesouraria de Angra do Heroísmo		1	
Total	23	2	25

Fonte: SIPAG a 2017abr07



Secção Regional da Madeira - Em ações de auditoria, verificação externa de contas, APP e outras ações de controlo

Tutela \ Entidade	DAT.1	DAT.2	DAT.3	Total
Assembleia Legislativa da Madeira			1	1
Autarquias Locais	4	0	3	5 *
Município de Câmara de Lobos	1			
Município de Santa Cruz	1		1	
Município do Funchal	1		1	
Município do Machico	1			
Município do Porto Santo			1	
Encargos Gerais do Estado	0	0	1	1
Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas			1	
Presidência do Governo Regional	4	6	0	8 *
Secretaria Regional da Economia, Turismo e Cultura		1		
Secretaria Regional da Educação	1	1		
Secretaria Regional das Finanças e da Administração Pública	1	1		
Secretaria Regional de Agricultura e Pescas		1		
Secretaria Regional de Educação		1		
Secretaria Regional do Turismo e Transportes	1			
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus		1		
Vice-Presidência do Governo Regional da Madeira	1			
Sec. Regional de Educação	0	0	1	1
Escola Básica do 1º Ciclo com Pré-Escolar de São Martinho			1	
Sec. Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	2	0	0	2
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P.-RAM	1			
Parque Natural da Madeira	1			
Sec. Regional do Plano e Finanças	0	1	1	2
Direção Regional do Orçamento e Tesouro		1		
Tesoureiro do Governo Regional da Madeira			1	
Sec. Regional dos Assuntos Sociais	2	0	1	3
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P.-RAM	1			
Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM			1	
Serviço Regional de Proteção Civil, I. P. - RAM	1			
Setor Empresarial Regional Autárquico	0	0	3	3
Frente Marfunchal - Gestão e Exploração de Espaços Públicos, E. M.			1	
Porto Santo Verde, Geoturismo e Gestão Ambiental, E. E. M.			1	
Santa Cruz XXI - Gestão de Equipamentos Municipais e Prestação de Serviços, E. M.			1	
Setor Empresarial Regional	2	2	4	8
Centro de Estudos, Línguas e Formação do Funchal, S.A.	1			
Concessionária de Estradas VIAEXPRESSO da Madeira, S. A.		1		
GESBA - Empresa de Gestão do Setor da Banana, Lda			1	
Empresa de Eletricidade da Madeira, S. A.			1	
Pólo Científico e Tecnológico da Madeira, Madeira Tecnopolo, S.A.			1	
Ponta do Oeste - Sociedade de Promoção e Desenvolvimento da Zona Oeste da Madeira, S. A.			1	
Serviço de Saúde da Região Autónoma da Madeira, E.P.E.	1			
VIALITORAL - Concessões Rodoviárias da Madeira, S.A.		1		
Total	14	9	15	34 *

Entidade objeto de controlo por mais que um Departamento

Este total não inclui as duplicações resultantes do controlo de entidades por mais que um Departamento *

Fonte: SIPAG a 2017abr07

Secção Regional da Madeira - Em ações de verificação interna de contas

Tutela \ Entidade	DAT-NVIC
Autarquias Locais	14
Associação de Municípios da Região Autónoma da Madeira	
Escola Básica 123/PE do Curral das Freiras	
IPM - Iluminação Pública da Madeira - Associação de Municípios	
Município da Calheta	
Município da Ponta do Sol	
Município da Ribeira Brava	
Município de Câmara de Lobos	
Município de Santa Cruz	
Município de Santana	
Município de São Vicente	
Município do Funchal	
Município do Machico	
Município do Porto Moniz	
Município do Porto Santo	
Encargos Gerais do Estado	1
Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma da Madeira	
Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	2
Serviços de Ação Social - Universidade da Madeira	
Universidade da Madeira	
Ministério das Finanças	1
Alfândega do Funchal - Funchal	
Presidência do Governo	1
Direção Regional para a Administração Pública do Porto Santo	
Sec. Regional da Economia, Turismo e Cultura	1
Instituto do Desenvolvimento Empresarial da Madeira	
Sec. Regional da Inclusão e Assuntos Sociais	2
Conselho Económico e Social	
Instituto de Emprego da Madeira, I. P. - RAM	
Sec. Regional das Finanças e da Administração Pública	3
Fundo de Estabilização Tributário da Região Autónoma da Madeira	
Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão - Região Autónoma da Madeira	
Instituto de Desenvolvimento Regional, IP-RAM	
Sec. Regional de Agricultura e Pescas	1
PRODERAM - Programa de Desenvolvimento Rural Secretaria Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	
Sec. Regional de Educação	25
Conservatório - Escola Profissional das Artes da Madeira	
Direção Regional de Educação	
Direção Regional de Educação Especial e Reabilitação	
Direção Regional de Qualificação Profissional	
Direção Regional de Qualificação Profissional - Fundo de Gestão para Programa de Formação Profissional	
Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo	
Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro	
Escola Básica dos 1º, 2º e 3º Ciclos Professor Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha	
Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de São Jorge, Cardeal D. Teodósio de Gouveia	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Cónego João Jacinto Gonçalves Andrade - Campanário	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal	
Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	
Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente	
Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco - Funchal	
Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	
Fundo Escolar da Escola Básica 123/PE do Curral das Freiras	
Fundo Escolar da Escola Básica do 123/PE Bartolomeu Perestrelo	
Fundo Escolar da Escola Básica do 2.º e 3.º Ciclos Dr. Eduardo Brazão de Castro	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de São Jorge, Cardeal D. Teodósio de Gouveia	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniçal	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos do Caniço	
Fundo Escolar da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos Professor Francisco Manuel Santana Barreto - Fajã da Ovelha	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária D. Lucinda Andrade - S. Vicente	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária de Gonçalves Zarco - Funchal	
Fundo Escolar da Escola Básica e Secundária Dr. Luís Maurílio da Silva Dantas	



Tutela \ Entidade	DAT-NVIC
Sec. Regional do Ambiente e dos Recursos Naturais	2
Instituto do Vinho, do Bordado e do Artesanato da Madeira, I. P. -RAM Parque Natural da Madeira	
Sec Regional do Equipamento Social e Transportes	1
Laboratório Regional de Engenharia Civil, I. P. - RAM	
Sec. Regional dos Assuntos Sociais	2
Instituto de Administração da Saúde e Assuntos Sociais, I. P.-RAM Instituto de Segurança Social da Madeira, IP-RAM	
Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Europeus	1
Direção Regional de Administração da Justiça	
Total	57

Fonte: SIPAG a 2017abr07

RELATÓRIOS DE ÓRGÃOS DE CONTROLO INTERNO

Nos termos da LOPTC, os serviços de controlo interno, nomeadamente as inspeções-gerais ou quaisquer outras entidades de controlo ou auditoria dos serviços e organismos da Administração Pública, bem como das entidades que integram o Setor Público Empresarial, estão sujeitos a um especial dever de colaboração com o Tribunal, o qual compreende o envio dos relatórios das suas ações, por decisão do ministro ou do Órgão competente para os apreciar, sempre que contenham matéria de interesse para a ação do Tribunal, concretizando as situações geradoras de eventuais responsabilidades com indicação documentada dos factos

Em 2016 foram recebidos relatórios nomeadamente da Inspeção-geral de Finanças, Inspeção-geral das Atividades em Saúde, Inspeção-geral de Defesa Nacional, Inspeção-geral da Educação e Ciência, Inspeção-geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, Inspeção Regional da Administração Pública, Inspeção Regional de Finanças e Inspeção das Atividades em Saúde.

Relatórios de órgãos de controlo interno

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	131	11	99	48	43
Adm. Local	23	12	15	4	20
Adm. Regional	4	8	6	6	6
SPE		1			1
Total	158	32	120	58	70

Relatórios de órgãos de controlo interno - evolução

	2015			2016		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	211	135	61	110	50	48
SRA	4	3	2	5	17	5
SRM	3	3	3	5	3	5
Total	218	141	66	120	70	58



PARTICIPAÇÕES, EXPOSIÇÕES, QUEIXAS E DENÚNCIAS

As participações, exposições, queixas e denúncias recebidas no Tribunal são analisadas e, sempre que tenham factualidade pertinente dão origem ao desenvolvimento das diligências consideradas necessárias, podendo levar à realização de ações de fiscalização por parte do Tribunal.

Participações, exposições, queixas e denúncias - por origem

	Transitados	Entrados	Concluídos	Remetidos ao MP	A transitar
Adm central	69	108	147	1	30
Adm. Local	158	150	180	6	128
Adm. Regional	4	9	9	3	4
SPE	9	11	14		6
Total	240	278	350	10	168

Participações, exposições, queixas e denúncias - evolução

	2015			2016		
	Concluídos	em curso	Remet. MP	Concluídos	em curso	Remet. MP
Sede	325	240	1	328	152	
SRA	7			14	1	
SRM	23	5	3	8	15	10
Total	355	245	4	350	168	10

VI – EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Quando os relatórios das ações de controlo do Tribunal, ou os relatórios dos órgãos de controlo interno, evidenciem factos constitutivos de responsabilidade financeira, são remetidos ao Ministério Público, a quem compete, embora não exclusivamente, requerer o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Uma das competências primordiais do Tribunal de Contas é a de efetivar as responsabilidades pela prática de infrações financeiras, a qual compete à 3.ª Secção.

A responsabilidade financeira pode ser reintegratória ou sancionatória, traduzindo-se a primeira pela obrigação de repor as importâncias correspondentes aos danos causados e a segunda pela aplicação de uma sanção pecuniária (multa).

O Tribunal pode ainda sancionar outras infrações, nos termos do artigo 66.º da LOPTC, competindo a sua aplicação, bem como a relevação, às 1.ª e 2.ª Secções e às Secções Regionais.

Nos termos do n.º 3 do artigo 65.º e da alínea d) do n.º 2 do artigo 69.º da LOPTC, o responsável indiciado pode proceder ao pagamento da multa em fase anterior à de julgamento, pelo valor mínimo da multa, extinguindo-se desta forma o procedimento por responsabilidades sancionatórias.

De igual forma, a responsabilidade financeira reintegratória extingue-se pelo pagamento da quantia a repor, em qualquer momento, nos termos do n.º 1 do art.º 69.º da LOPTC.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA SANCIONATÓRIA

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário

Unidade: euro

	2014			2015			2016		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	2	3	5.610	4	6	13.080	2	4	8.925
No âmbito do controlo concomitante									
No âmbito do controlo sucessivo									
Em processos de Órgãos de controlo interno	1	1	1.836						
Total	3	4	7.446	4	6	13.080	2	4	8.925

Estas multas são remetidas ao Ministério Público quando na primeira fase não são pagas voluntariamente, procedendo este, antes da instauração do processo de efetivação de responsabilidades, à notificação dos responsáveis para, querendo, procederem ao pagamento voluntário da multa.

Em 2016, dos 13 processos nestas circunstâncias, 7 (Sede) tiveram origem em processos de órgãos de controlo interno, 3 (2 na Sede e 1 na SRM) em sede de fiscalização sucessiva, e 3 (Sede) no âmbito do controlo prévio.

Multas do art.º 65 – guias emitidas para pagamento voluntário após notificação do MP

Unidade: euro

	2014			2015			2016		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante
No âmbito do controlo prévio	4	8	21.420	4	4	15.300	3	11	27.026
No âmbito do controlo concomitante	3	5	3.657	1	1	1.530			
No âmbito do controlo sucessivo	8	21	40.003	3	5	9.690	3	7	29.580
Em processos de Órgãos de Controlo Interno	13	21	37.456	8	15	31.950	7	8	27.030
Total	28	55	102.536	16	25	58.470	13	26	83.636

De acordo com o n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC, o Tribunal pode relevar a responsabilidade por infração financeira apenas passível de multa.

Em 2016, foi relevada a responsabilidade sancionatória em 27 processos, 15 na Sede, 5 na SRA e 7 na SRM.

Multas do art.º 65 - relevação de responsabilidade sancionatória

	2014		2015		2016		Montantes (em €)
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	
No âmbito do controlo prévio	7	30	7	29	13	42	190.140
No âmbito do controlo concomitante	3	11	2	1	5	8	20.400
No âmbito do controlo sucessivo	11	16	10	16	9	47	424.320
Total	21	57	19	46	27	97	634.860

O artigo 66.º da LOPTC, estabelece ainda a aplicação de multas por outras infrações, como por exemplo, pela falta injustificada de remessa de contas, pela inobservância dos prazos legais de remessa dos processos relativos a atos ou contratos que produzam efeitos antes do visto.

Multas do art.º 66 – guias emitidas

	2014			2015			2016		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montante (euro)
No âmbito do controlo prévio	2	2	1.020	2	2	1.020	5	5	2.856
No âmbito do controlo concomitante	7	7	5.866	5	5	25.160	5	5	3.060
No âmbito do controlo sucessivo	24	24	18.183	23	35	28.316	25	43	37.962
Total	33	33	25.069	30	42	54.496	35	53	43.878

Em 2016, das 35 multas aplicadas neste âmbito, 26 tiveram origem na Sede e 9 na SRA.

Verificou-se igualmente a relevação da responsabilidade sancionatória (n.º 8 do artigo 65.º da LOPTC) e a dispensa de penas (artigo 74.º do Código Penal, aplicável por força do artigo 80.º da LOPTC) neste tipo de multas relativamente a 18 processos, todos na Sede.

Multas do art.º 66 - relevação e dispensa de penas

	2014		2015		2016		
	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	N.º de Processos	N.º de Demandados	Montantes (em €)
No âmbito do controlo prévio	2	2	6	6	6	6	6.120
No âmbito do controlo concomitante	12	12	1	1	11	11	8.670
No âmbito do controlo sucessivo	26	30	11	21	1	3	1.530
Total	40	44	18	28	18	20	16.320

Nota: Em 2014 os processos no âmbito do controlo sucessivo são exclusivamente relativos a dispensa de pena.

RESPONSABILIDADE FINANCEIRA – 3.ª SECÇÃO E SECÇÕES REGIONAIS

Dos processos em que o Ministério Público requereu julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras existentes, em 2016, na 3.ª Secção e nas Secções Regionais, foram julgados 29 processos, 14 dos quais com sentença condenatória e 15 com sentença absolutória.

Efetivação de responsabilidades financeiras

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento			Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso *
			Indeferimento Liminar	Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Julgamento de contas	5	2	0	0	0	2	3	3	4
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2							1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97							1		0
Art. 65.º da Lei 98/97	3	2				2	2	2	3
Julgamento de resp. financeira	46	13	0	3	5	12	12	24	35
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2							1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	25	4		1	4	6	9	14	15
Art. 65.º da Lei 98/97	19	9		2	1	6	3	9	19
Total	51	15	0	3	5	14	15	27	39

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo

Efetivação de responsabilidades financeiras - origem

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso *
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
3.ª Secção	27	8	3	1	4	3	14	21
Secção Regional dos Açores	5				2		1	4
Secção Regional da Madeira	19	7		4	8	12	12	14
Total	51	15	3	5	14	15	27	39

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo

Em plenário da 3.ª Secção foram apreciados os recursos interpostos, tendo sido proferidos 21 acórdãos em processos de julgamento de contas, de julgamento de responsabilidades financeiras e de multas aplicadas.

Recursos ordinários - Plenário 3.ª Secção

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento	Julgados		Remetidos à 1.ª instância	Em curso *
				Procedentes	Improcedentes		
Em matéria de resp. financeira	15	16	3	4	10	14	17
<i>Julgamento de contas</i>	2	0	0	1	0	1	1
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2			1		1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97							0
Art. 65.º da Lei 98/97							0
<i>Julgamento de resp. financeira</i>	13	16	3	3	10	13	16
Art. 59.º e 60.º da Lei 98/97	2		1			1	1
Art. 59.º, 60.º e 65.º da Lei 98/97	7	7		1	6	4	10
Art. 65.º da Lei 98/97	4	9	2	2	4	8	5
Em matéria emolumentar							0
De multas	5	4	1	2	5	8	1
Aplicadas pela 1.ª Secção	2			1		2	0
Aplicadas pela 2.ª Secção	1	3			4	4	0
Aplicadas pela SRA	1	1	1	1		2	0
Aplicadas pela SRM	1				1		1
Total	20	20	4	6	15	22	18

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo

Nos termos do n.º 1 do art. 101.º da LOPTC, se, no domínio da mesma legislação, em processos diferentes nos plenários das 1.ª ou 3.ª Secções, forem proferidas duas decisões, em matéria de concessão ou recusa de visto e de responsabilidade financeira, que, relativamente à mesma questão fundamental de direito, assentem sobre soluções opostas, pode ser interposto recurso extraordinário da decisão proferida em último lugar para fixação de jurisprudência.

Recursos extraordinários - Plenário 3.ª Secção

Origem	Transitados	Distribuídos no ano	Julgados	Em curso
3.ª Secção	1		1	0
Secção Regional dos Açores				0
Secção Regional da Madeira				0
Total	1	0	1	0

Evolução da distribuição processual

	Distribuídos no ano		Variação %
	2015	2016	
Plenário da 3.ª Secção:	17	20	17,6%
Em matéria de resp. financeira	11	16	45,5%
Julgamento de contas	1	0	-100,0%
Julgamento de resp. financeira	10	16	60,0%
Em matéria emolumentar	0	0	0,0%
De multas	5	4	-20,0%
Recursos extraordinários	1		-100,0%
1.ª Instância:	28	15	-46,4%
Julgamento de contas	3	2	-33,3%
Julgamento de resp. financeira	25	13	-48,0%
Total	45	35	-22,2%

Em resultado dos processos de efetivação de responsabilidade financeira foram ordenadas reposições por pagamentos indevidos e aplicadas multas, tendo sido igualmente efetuados pagamentos voluntários de multas e reposições antes de julgamento.

Multas e reposições

Unidade: €

	2015					2016				
	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.	3.ª Secção	SRA	SRM	Total	N.º resp.
Reposições ordenadas	465.800	0	110.275	576.075	14	40.000	225.370	28.361	293.731	21
Por pagamentos indevidos	465.800		110.275	576.075		40.000	225.370	28.361	293.731	
Por alcances				0					0	
Outros				0					0	
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0					0	
Multas aplicadas	13.500	82.539	11.220	107.259	13	37.902	52.080	117.300	207.282	69
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>				0					0	
Sanções e reposições pagas voluntariamente antes de julgamento	26.319			26.319	10	3.060			3.060	
<i>Das quais em relatórios de Órgãos de Controlo Interno</i>	7.743			7.743	3	1.530			1.530	

EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – ART. 66.º - PROCESSOS AUTÓNOMOS DE

MULTA

A partir da entrada em vigor da Lei n.º 48/2006, a 1.ª, 2.ª Secção e Secções Regionais do Tribunal passaram também a dispor de competência para a efetivação de responsabilidades sancionatórias processuais, competindo-lhe aplicar as multas previstas no artigo 66.º da LOPTC.

A aplicação dessa multa é da competência do juiz relator, nos termos do disposto da alínea e) do n.º 4 do artigo 78.º da LOPTC.

	Transitados *	Distribuídos no ano	Findos antes de julgamento		Julgados		Remetidos ao arquivo	Em curso *
			Pagamento voluntário	Outras situações	Sentença condenatória	Sentença absolutória		
Sede	91	24	6	12	7	0	41	74
1.ª Secção	17	13	1	10	4		18	12
2.ª Secção	74	11	5	2	3		23	62
Secção Regional dos Açores								0
Secção Regional da Madeira		1				1	1	0
Total	91	25	6	12	7	1	42	74

Processos em curso = Transitado+distribuído-arquivado

* Inclui os processos a aguardar julgamento e os processos já julgados ainda não remetidos ao arquivo

VII – O MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO DO TRIBUNAL DE CONTAS

O MINISTÉRIO PÚBLICO E A EFETIVAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

Ao Ministério Público compete, embora não exclusivamente, requerer, perante a 3.^a Secção e as Secções Regionais, o julgamento para efetivação de responsabilidades financeiras.

Processos remetidos ao MP com infrações evidenciadas (art. 57.º da LOPTC)

Tipologia dos processos	Transitados *	Participados no ano	Decisão				Em curso
			Não requer procedimento jurisdicional (a)	Extinção da responsabilidade por pagamento voluntário de multa	Requer Procedimento jurisdicional	Arquivamento por não conter evidência de infração financeira (relatórios TdC)	
Controlo prévio e concomitante	2	24	6	1	4	9	6
Relatórios para apuramento de responsabilidade financ.	1	15	1	1	3	6	5
Relatórios de auditoria de fiscalização concomitante	1	9	5		1	3	1
Controlo sucessivo	29	83	41	0	7	37	27
Relatórios de acompanhamento de execução orçamental		4				4	0
Relatórios de auditoria de fiscalização sucessiva	23	46	15		3	24	27
Relatórios de verificação externa de contas		9	3			6	0
Relatórios de verificação interna de contas	6	24	23		4	3	0
Relatórios de órgãos de controlo interno	50	44	54	6	4		30
Total	81	151	101	7	15	46	63

(a) Engloba os processos em o MP arquiva, designadamente por falta de requisitos legais, diferente qualificação jurídica da efetuada no relatório, por não se verificar o elemento subjetivo da infração ou por prescrição do procedimento

* Dados corrigidos face aos apresentados nos processos em curso no Relatório de Atividades de 2015

Origem dos processos remetidos ao MP

	Sede	SRA	SRM	Total
Processos notificados ao MP no ano	88	41	22	151
Despacho MP:				
Não requer procedimento jurisdicional	49	48	4	101
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	7			7
Requer procedimento jurisdicional	8		7	15
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	34		12	46

Mapa comparativo da evolução processual

	2014	2015	2016
Processos notificados ao MP no ano	60	25	151
Despacho MP:			
Requer procedimento jurisdicional	22	14	14
Extinção de responsabilidade por pagamento voluntário de multa	18	2	7
Não requer procedimento jurisdicional		1	101
Arquivamento por não conter evidência de infração financeira	28	16	46
Outras situações	1		



PARTICIPAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO A OUTRAS JURISDIÇÕES

O Ministério Público participa, ou dá conhecimento, a outras jurisdições de factos conhecidos em relatórios do Tribunal de Contas, dos órgãos de controlo interno, em acórdãos do Tribunal de Contas e em denúncias.

Em 2016, foi efetuada a participação de 1 relatórios do Tribunal de Contas à Procuradoria-Geral da República e de 1 acórdão ao Ministério Público do Tribunal Judicial da Guarda.

VIII. ELEMENTOS COMPLEMENTARES DA CONTA CONSOLIDADA



Relatório de gestão consolidado

Índice

1. Fontes de financiamento e execução orçamental.....	2
1.1. Fontes de Financiamento	2
1.2. Execução Orçamental	3
1.2.1. Receita.....	3
1.2.1.1. Receita Emolumentar.....	4
1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência	4
1.2.2. Despesa	5
1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência.....	7
2. Demonstrações financeiras	8
2.1. Balanço	8
2.1.1. Ativo Líquido	9
2.1.2. Fundos Próprios e Passivo	10
2.2. Demonstração de Resultados	11
2.3. Outras Observações.....	12
2.3.1. Dívidas de Terceiros	12
2.3.2. Especialização de Proveitos	13
2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos	13
2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal	14

247



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1. FONTES DE FINANCIAMENTO E EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

1.1. Fontes de Financiamento

De acordo com o disposto no quadro n.º I, o **montante global do financiamento** do Tribunal de Contas (TdC) para 2016 ascendeu a 48.078.644 euros, dos quais 57,63% respeitaram a receitas do Cofre Privativo e os restantes 42,37% a receitas gerais provenientes do Orçamento do Estado.

QDR I (em euros)

FONTES DE FINANCIAMENTO	2014 (1)	%	2015 (2)	%	△ 2014 / 2015		2016 ^(a) (5)	%	△ 2016 / 2015	
					(+/-)	%			(+/-)	%
					(3)=(2)-(1)	(4)=(3)/(1)			(6)=(5)-(2)	(7)=(6)/(2)
Orçamento do Estado (a)	17.573.202	37,86%	20.500.000	44,93%	2.926.798	16,65%	20.369.210	42,37%	-130.790	-0,64%
Cofre Privativo	28.838.630	62,14%	25.126.570	55,07%	-3.712.060	-12,87%	27.709.434	57,63%	2.582.864	10,28%
Total	46.411.832	100,00%	45.626.570	100,00%	-785.262	-1,69%	48.078.644	100,00%	2.452.074	5,37%
Cofre Privativo	28.838.630		25.126.570		-3.712.060	-12,87%	27.709.434		2.582.864	10,28%
Receitas correntes	6.049.694	20,98%	5.692.122	22,65%	-357.572	-5,91%	6.272.436	22,64%	580.314	10,20%
Trf. Corr. - A. C. SFA	0	0,00%	0	0,00%	0	100,00%	0	0,00%	0	0,00%
Saldo da gerência anterior	22.788.936	79,02%	19.434.448	77,35%	-3.354.488	-14,72%	21.436.998	77,36%	2.002.550	10,30%

(a) Reflete cativações/congelamentos

No global, o financiamento do exercício de 2016 é superior em 5,37% (2.452.074 euros) ao verificado em 2015.

As dotações do Orçamento do Estado em 2016 ascenderam a 20.369.210 euros, o que representa um decréscimo de 0,64 % relativamente ao exercício de 2015, correspondente a 130.790 euros.

No que respeita ao orçamento do Cofre Privativo, incluindo o saldo da gerência, verifica-se, que o ano de 2015 apresenta uma diminuição de 12,87% (-3.712.060 euros) em comparação com o ano anterior.

O saldo da gerência de 2015 e integrado no orçamento de 2016 apresenta um acréscimo de 2.002.550 euros (10,30 %), face ao saldo de gerência integrado no exercício de 2015, representando 77,36% do total do orçamento do Cofre Privativo.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.2. Execução Orçamental

1.2.1. Receita

O quadro n.º II permite analisar os valores da receita cobrada pelo Cofre Privativo em 2016 por classificação económica de receita, conferindo, igualmente, uma noção do seu peso relativo por tipologia, em relação ao total de receita efetivamente cobrada, bem como oferece uma perspetiva da sua evolução no período compreendido entre 2014 e 2016.

CLASSIFICAÇÃO DA RECEITA	Receita Cobrada 2014 (1)	Receita Cobrada 2015 (2)	△ 2015/2014		Receita *			△ 2016 / 2015		Orçamento Inicial (9)	Orçamento Corrigido (10)	Grau de (11)=(6)/(10)
			Absoluta (3)=(2)-(1)	% (4)=(3)/(1)	Liquidadada 2016 (5)	Cobrada 2016 (6)	%	Absoluta (7)=(6)-(2)	% (8)=(7)/(2)			
RECEITAS CORRENTES												
Taxas de Justiça	612		-612	-100,00%	00	00	0,00%	00	0,00%	1.000	1.000	0,00%
Emolumentos do Tribunal de Contas	5.440.640	6.746.757	1.306.117	24,01%	6.826.515	6.681.112	98,83%	-65.645	-0,97%	6.186.681	6.186.681	107,99%
Juros de Mora	187	293	107	57,03%	288	582	0,01%	289	98,39%	400	400	145,56%
Juros - IGCP	68.596	24.559	-44.038	-64,20%	11.398	11.398	0,17%	-13.161	-53,59%	21.700	21.700	52,52%
Edições do Tribunal de Contas	108	932	824	761,49%	629	736	0,01%	-196	-21,02%	7.000	7.000	10,52%
Venda de Bens Diversos	3.175	1.579	-1.596	-50,28%	1.586	1.586	0,02%	07	0,46%	2.000	2.050	77,36%
Reembolsos - Serv. Soc. Min. Justiça	00	00	0	0,00%	00	165	0,00%	165	0,00%	550	500	33,07%
Venda de Bens e Serviços - Outros	00	00	0	0,00%	00	00	0,00%	00	0,00%	0	0	
Outras Receitas Correntes	20.734	56.089	35.355	170,52%	62.571	62.555	0,93%	-6.467	-11,53%	50.505	50.505	123,86%
Total das receitas correntes	5.534.052	6.830.208	1.296.156	23,42%	6.902.987	6.758.135	99,97%	-72.073	-1,06%	6.269.836	6.269.836	107,79%
RECEITAS DE CAPITAL												
Alienação de bens de imobilizado	00	25.450	25.450	0,00%	00	00	0,00%	-25.450	-100,00%	500	500	0,00%
Reposições não abatidas	8.530	995	-7.535	-88,33%	1.362	1.754	0,03%	759	76,27%	2.100	2.100	83,52%
Total das receitas de capital	8.530	26.445	17.915	210,04%	1.362	1.754	0,03%	-24.691	-93,37%	2.600	2.600	67,46%
Transf. Correntes - A. C. SFA(**)	0	0	0	0,00%	00	00	0,00%	0	0,00%	0	0	
	0	0	0	0,00%	0	0	0,00%	0	0,00%	0	0	
TOTAL DA RECEITA	5.542.582	6.856.653	1.314.072	23,71%	6.904.349	6.759.888	100,0%	-96.765	-1,41%	6.272.436	6.272.436	107,77%

* Deduzida de anulações e restituições

Em 2016, o **orçamento de receita** inicial do Cofre Privativo correspondeu a 6.272.436 euros, repartindo-se em receitas correntes (6.269.836 euros) e receitas de capital (2.600 euros).

Relativamente à receita corrente liquidada, o exercício de 2016 encerrou com um total de 6.902.987 euros, o que corresponde a um desvio positivo de 633.151 euros face ao orçamento corrigido, tendo sido liquidados mais 639.834 euros de receita emolumentar que o orçamentado.

Da análise da estrutura de execução das receitas próprias, verifica-se que a receita cobrada no exercício de 2016 relativamente ao total do orçamento corrigido, em que se inclui a proveniente das reposições não abatidas, correspondeu a 107,77% (6.272.436 euros), o que denota uma variação positiva face ao inicialmente orçamentado, tendo-se cobrado mais 487.452 euros do que o estimado em sede de preparação do orçamento para o ano de 2016 (6.272.436 euros).

Em termos globais, o volume de receita corrente cobrada decresceu 1,06% (-72.073 euros) no ano 2016 face ao ano anterior, e que resultou, essencialmente, na diminuição verificado ao nível da receita emolumentar, que correspondeu a -65.645 euros (-0,97% face ao volume de cobrança de 2015), e ao nível da receita com juros – IGCP, que correspondeu a -13.161 euros (-53,59% face ao volume de cobrança de 2015).



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Quando comparada com o montante total de receitas cobradas no exercício, a receita emolumentar apresenta um peso de 98,83%, fator por si só indicativo da extrema relevância desta tipologia de receita no orçamento do Cofre Privativo, representando as restantes tipologias de receita valores residuais.

1.2.1.1. Receita Emolumentar

Atendendo ao peso da receita emolumentar no volume das receitas correntes do Tribunal de Contas, elaborou-se o quadro n.º III, que evidencia o volume de liquidações desta tipologia de receita e a correspondente variação.

QDR III (em euros)

TIPOLOGIA DE EMOLUMENTOS	2014		2015		Variação 2015/2014		2016		Variação 2016/2015	
	Emissão	%	Emissão	%	Absoluta	%	Emissão	%	Absoluta	%
Fiscalização prévia e concomitante	2.335.717,50	44,0%	2.975.309,68	44,71%	639.592,18	27,38%	2.745.391,76	40,37%	-229.917,92	-7,73%
Verificação interna de contas	2.334.099,79	44,0%	3.044.051,70	45,74%	709.951,91	30,42%	3.242.715,54	47,68%	198.663,84	6,53%
Auditorias / VEC	634.071,11	12,0%	635.062,23	9,54%	991,12	0,16%	812.487,03	11,95%	177.424,80	27,94%
TOTAL DO ANO	5.303.888,40	100,0%	6.654.423,61	100,0%	1.350.535,21	25,46%	6.800.594,33	100,0%	146.170,72	2,20%

A receita emolumentar liquidada (deduzida de anulações e restituições) apresenta um crescimento de 2,20% face à liquidada no ano de 2015 (146.170,72 euros).

O maior crescimento verifica-se ao nível da receita emolumentar resultante da atividade de auditorias/verificação externa de contas, a qual apresenta um acréscimo de 27,94%, correspondente a 177.424,80 euros acréscimo que, a par com o aumento verificado na atividade de verificação interna de contas de 6,53% (198.663,84) euros, justifica o crescimento global da liquidação de receita.

1.2.1.2. Evolução do Saldo de Gerência

QDR IV (em euros)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Saldo p/ gerência seguinte (31.12.ano-n)	17.978.499	17.082.377	16.501.841	18.087.424	19.156.128	21.262.828	22.714.761	26.077.111	25.869.419	23.272.024	19.786.705	21.436.996	21.623.438
Recurso ao saldo da gerência anterior	3.164.929	1.284.545	217.866	31.896	127.195	217.742	237.902	217.203	339.901	2.454.740	3.002.219	0	58.233
1. Insuficiência do Orçamento do Estado	3.188.408	728.930	217.866	58.296	154.187	336.369	444.391	573.928	724.703	4.880.985	4.827.981	772.322	1.658.751
2. Insuficiência de receitas próprias	105.702	555.511	0	0	0	0	0	0	0	0	8.407	0	0

Conforme pode ser observado no quadro n.º IV, no período de 2006 a 2011 a execução orçamental do Cofre Privativo caracteriza-se por um aumento sucessivo dos saldos de gerência gerados, apenas interrompido no triénio 2012-2014, não obstante o facto de as disponibilidades financeiras terem colmatado as situações de insuficiência das dotações do Orçamento do Estado.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

No ano de 2016 o saldo de gerência do ano situa-se nos 21.623.439 euros verificando-se um aumento no saldo de 186.443 euros.

Relativamente à Secção Regional dos Açores, a insuficiência das verbas do Orçamento do Estado não pôde ser colmata, na sua totalidade, pelo orçamento do Cofre Privativo, através do seu saldo de gerências anteriores, em virtude de uma diminuição taxa de execução da receita registada no ano de 2016, por se ter verificado um número elevado de recusas em processos de visto, facto este que condicionou a gestão de tesouraria desta Secção, de tal forma que foi necessário direcionar parte do saldo de gerências anteriores (58.233 euros) para despesas com pessoal e com funcionamento.

Importa referir que, à semelhança de anos transatos, a taxa de execução de receita registada pela Secção Regional dos Açores, condicionou de tal forma a gestão de tesouraria que, a insuficiência das dotações do Orçamento do Estado teve de ser suprimida, em parte, por um reforço proveniente das dotações do Tribunal de Contas (Sede), no valor de 260.000 euros (correspondente às remunerações dos meses de outubro e novembro), bem como pelo recurso a uma parte do saldo de gerências anteriores de modo a colmatar o pagamento da despesas com pessoal respeitantes a dezembro e a despesas de funcionamento.

1.2.2. Despesa

A observação do quadro n.º V permite obter uma perspetiva integrada da execução orçamental de 2016, quer através da análise do grau de realização apresentado por cada um dos agrupamentos económicos de despesa, quer pela determinação do seu peso relativo no total de despesa realizada, quer ainda pela repartição por fonte de financiamento.

QDR V

(em euros)

FONTE DE FINANCIAMENTO	2014		2015				2016				2016		
	Despesa Realizada (1)	%	Despesa Realizada (2)	%	Variação 2015 - 2014 (3)=(2)-(1)		Despesa Realizada (4)	%	Variação 2016 - 2015 (5)=(4)-(2)		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido - Congel. (6)	Taxa de Execução (7)=(4)/(6)
COFREPRIVATIVO													
Despesas com pessoal	6.786.138	71,84%	2.669.820	51,26%	-4.116.317	-60,66%	3.633.894	55,28%	964.074	36,11%	2.171.224	5.312.049	68,41%
Bens e serviços correntes	2.299.687	24,34%	2.210.508	42,44%	-89.179	-3,88%	2.344.622	35,67%	134.115	6,07%	3.629.656	3.608.709	64,97%
Bens de Capital	360.787	3,82%	327.762	6,29%	-33.024	-9,15%	594.928	9,05%	267.166	81,51%	458.987	1.290.161	46,11%
TOTAL	9.446.611	100,00%	5.208.090	100,00%	-4.238.521	-44,87%	6.573.445	100,00%	1.365.355	26,22%	6.259.867	10.210.919	64,38%
O. E.													
Despesas com pessoal	16.940.923	99,08%	19.906.917	99,87%	2.965.995	17,51%	19.628.731	99,97%	-278.187	-1,40%	18.839.267	19.672.734	99,78%
Bens e serviços correntes	156.260	0,91%	25.455	0,13%	-130.805	-83,71%	5.011	0,03%	-20.444	-80,31%	690.510	7.704	65,05%
Bens de Capital	1.144	0,01%	0	0,00%	-1.144	-100,00%	135	0,00%	135	100,00%	814.592	1.136	11,91%
TOTAL	17.098.327	100,00%	19.932.373	100,00%	2.834.046	16,57%	19.633.877	100,00%	-298.496	-1,50%	20.344.369	19.681.574	99,76%
COFREPRIVATIVO + O. E.													
Despesas com pessoal	23.727.060	89,38%	22.576.738	89,80%	-1.150.323	-4,85%	23.262.625	88,76%	685.888	3,04%	21.010.491	24.984.783	93,11%
Bens e serviços correntes	2.455.947	9,25%	2.235.963	8,89%	-219.984	-8,96%	2.349.634	8,97%	113.670	5,08%	4.320.166	3.616.413	64,97%
Bens de Capital	361.931	1,36%	327.762	1,30%	-34.168	-9,44%	595.064	2,27%	267.301	81,55%	1.273.579	1.291.297	46,08%
TOTAL	26.544.938	100,00%	25.140.463	100,00%	-1.404.475	-5,29%	26.207.322	100,00%	1.066.859	4,24%	26.604.236	29.892.493	87,67%

O orçamento corrigido do Tribunal de Contas reflete os seguintes factos:

- ♦ Cativação de verbas ao orçamento, efetuada nos termos da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março e do Decreto-Lei n.º 18/2016, de 13 de abril diplomas que aprovaram o orçamento do Estado para 2016 e as disposições necessárias à sua execução.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

- ◆ Recurso ao mecanismo previsto no art.º 25 da Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001),

Em termos globais, o exercício de 2016 encerrou com um volume de despesa superior a 2015 em 4,24 %, correspondente a 1.066.859 euros e com uma taxa de execução de 87,67%.

Este acréscimo verifica-se maioritariamente ao nível das despesas com pessoal (685.888 euros), explicando-se esta situação essencialmente com a extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Nos exercícios de 2014 a 2016 as **dotações do Orçamento do Estado** suportaram quase exclusivamente despesas com o pessoal, cuja representatividade corresponde a 99,08%, 99,87% e 99,97% respetivamente, da despesa total, apresentando o exercício de 2016 um volume de despesa inferior a 2015 em 1,50%, correspondente a -298.496 euros.

Este decréscimo resulta essencialmente da diminuição de -278.187 euros (-1,40%) nas despesas com pessoal e de -20.444 euros (-80,31%) nas despesas com a aquisição de bens e serviços correntes.

Refira-se que as dotações do Orçamento do Estado, à semelhança de exercícios anteriores, foram insuficientes para pagamento integral das despesas com o pessoal, tendo os Cofres Privativos suportado parte das remunerações certas e permanentes, num total de 1.658.751 euros.

No que diz respeito ao total de despesa efetuada por conta do **orçamento do Cofre Privativo**, a mesma ascende a 6.573.445 euros, em que 3.633.894 euros correspondem a despesas com o pessoal, 2.344.622 euros a aquisição de bens e serviços correntes e 594.928 euros a aquisição de bens de capital.

A variação positiva de 26,22% (1.365.355 euros), entre 2016/2015 na despesa do Cofre Privativo, justifica-se essencialmente pelo aumento das despesas com pessoal decorrente do incremento do valor da insuficiência das receitas do Orçamento do Estado.

A variação verificada ao nível das despesas com bens de capital de 267.166 euros, resulta maioritariamente do acréscimo das despesas com a conservação e reparação de edifícios, as quais, comparativamente a 2015, sofreram um aumento de 209.096 euros.

O orçamento do Cofre Privativo suportou ainda a totalidade dos encargos associados às demais despesas, entre as quais, deslocações em serviço de efetivos do Tribunal de Contas e seus Serviços de Apoio, não só no território nacional como no estrangeiro.

Refira-se ainda que, no exercício de 2016, foram efetuados pagamentos, que totalizaram 363.727,50 euros, relativos a compromissos assumidos, transitados do exercício de 2015 e por



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

outro lado, a despesa efetiva de 2016 não reflete o total de 446.260,29 euros relativos a compromissos assumidos e não pagos que transitaram para o exercício de 2017.

1.2.2.1. Taxa de Cobertura e Saldo da Gerência

O quadro n.º VI revela a taxa de cobertura da receita cobrada no exercício relativamente ao total de despesa realizada.

QDR VI (em euros)

ANO	Receita Exercício (1)	Despesa Realizada (2)	Saldo (3)=(1)-(2)	Taxa de Cobertura (4)=(1)/(2)	Encargos OE
2013	6.625.370	9.222.864	-2.597.494	0,72	
2014	5.961.292	9.446.644	-3.485.352	0,63	
2015	6.856.653	5.208.089	1.648.564	1,32	
2016	6.759.888	6.573.445	186.443	1,03	
	Sem encargos transferidos do Orçamento do Estado				
2013	6.625.370	4.341.878	2.283.491	1,53	4.880.985
2014	5.961.292	4.618.663	1.342.629	1,29	4.827.981
2015	6.856.653	4.435.767	2.420.886	1,55	772.322
2016	6.759.888	4.914.694	1.845.194	1,38	1.658.751

Da observação do quadro, verifica-se que o indicador relativo à taxa de cobertura no exercício de 2016 é superior a 1 tendo a receita cobrada sido superior ao total de despesa realizada em 186.443 euros.

No entanto, excluindo-se desta análise os encargos que o Cofre Privativo, por insuficiência das dotações do Orçamento do Estado, suportou e que conforme referido anteriormente ascenderam a 1.658.751 euros, a taxa de cobertura situou-se no exercício de 2016 em 1,38, correspondendo a um saldo positivo de 1.845.194 euros.

Após análise da gestão orçamental relativa ao ano económico de 2016, onde se procedeu à caracterização e estudo da evolução do financiamento do TdC, bem como à análise da execução dos orçamentos da receita e despesa associados, pretende-se agora evidenciar a situação financeira e patrimonial através da análise do Balanço e da Demonstração de Resultados.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Balanço

O Balanço do Tribunal de Contas referente a 31 de dezembro de 2016, que se encontra exposto no quadro n.º VII, evidencia, para além da situação patrimonial do Tribunal naquela data, a variação ocorrida na composição e valor do património através da comparação com o balanço reportado a 31 de dezembro de 2015.

QDR VII		(em euros)								
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2016			2015		CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2016	2015
		ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES / PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO					
	ATIVO									
	IMOBILIZADO									
433	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS									
	Propriedade Industrial e Outros Direitos	679.349,77	650.897,02	28.452,75	44.442,61	51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76	
		679.349,77	650.897,02	28.452,75	44.442,61	575	Subsídio	0,00	0,00	
						576	Doações	71.743,65	72.793,44	
421	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00	
	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	0,00	2.953.036,82	2.953.036,82	579	Outras	0,00	0,00	
422	Edifícios e Outras Construções	14.995.155,70	7.207.921,67	7.787.234,03	7.866.064,32	59	Resultados Transitados	14.426.104,58	13.695.356,22	
423	Equipamento Básico	4.122.096,67	3.714.747,87	407.348,80	363.327,16	88	Resultado Líquido do Exercício	1.810,35	727.719,95	
424	Equipamento de Transporte	122.426,07	116.485,91	5.940,16	9.334,53		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	33.461.608,34	33.457.819,37	
425	Ferramentas e Utensílios	8.672,77	8.672,77	0,00	0,00					
426	Equipamento Administrativo	3.204.907,57	3.113.871,43	91.036,14	69.136,45					
429	Outras Imob. Corpóreas	1.250.627,37	93.851,48	1.156.775,89	1.153.793,26	29	PASSIVO			
442	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	4.774,10		Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.137,37	
		26.656.922,97	14.255.551,13	12.401.371,84	12.439.466,64			7.096,00	7.137,37	
4141	INVESTIMENTOS FINANCEIROS									
	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	0,00	23.692,90	23.692,90	221	DIVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO			
4142	Edifícios e Outras Construções	71.078,70	25.556,33	45.522,37	46.416,43	228	Fornecedores C/C	115.568,71	107.378,72	
		94.771,60	25.556,33	69.215,27	70.109,33	2611	Fornecedores - Facturas em Receção e Conf.	67.105,32	84.026,59	
						24	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	4.774,10	
36	CIRCULANTE					262	Estado e outros Entes Públicos	23.959,22	17.180,21	
	EXISTÊNCIAS					267	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	107.408,35	61.216,12	46.192,23	58.354,01	268	Consultores, Assessores	3.269,75	0,00	
32	Mercadorias	15.618,56	9.841,11	5.777,45	5.311,65		Outros credores diversos	25.673,95	12.704,80	
		123.026,91	71.057,23	51.969,68	63.665,66		TOTAL DO PASSIVO	235.576,95	226.064,42	
211	DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					273	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS			
212	Cientes C/C	45,67	0,00	45,67	199,27	274	Acréscimos de custos	3.363.965,18	3.408.400,76	
216	Contribuintes C/C	843.551,80	0,00	843.551,80	660.006,78		Proveitos diferidos	1.849.416,40	1.874.750,87	
218	Cientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	48.287,13	48.287,13	0,00	0,00		TOTAL DO PASSIVO	5.213.381,58	5.283.151,63	
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00			5.456.054,53	5.516.353,42	
229	Adiantamento a fornecedores	321,94	0,00	321,94	2,87					
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	0,00	4.149,44	4.149,44					
262	Pessoal - Outras Operações	1.159,60	0,00	1.159,60	917,86					
268	Outros Devedores Diversos	9.346,51	0,00	9.346,51	2.415,88					
		906.862,29	48.287,13	858.575,16	667.692,10					
153	TÍTULOS NEGOCIÁVEIS									
	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00	0,00	1.300.000,00					
		0,00	0,00	0,00	1.300.000,00					
	CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA									
13	Contas no Tesouro	21.647.843,11	0,00	21.647.843,11	20.154.086,34					
12	Depósitos em Instituições Financeiras	5.541,24	0,00	5.541,24	5.411,82					
11	Caixa	3.174,54	0,00	3.174,54	2.090,00					
		21.656.558,89	0,00	21.656.558,89	20.161.588,16					
271	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS									
	Acréscimos de proveitos	3.743.714,18	0,00	3.743.714,18	4.123.678,45					
272	Custos diferidos	107.805,10	0,00	107.805,10	103.529,84					
		3.851.519,28	0,00	3.851.519,28	4.227.208,29					
	TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		14.932.004,48							
	TOTAL DAS PROVISÕES		119.344,36							
	TOTAL DO ATIVO	53.969.011,71	15.051.348,84	38.917.662,87	38.974.172,79		TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	38.917.662,87	38.974.172,79	

Da observação do balanço pode concluir-se que as **Disponibilidades** existentes na conta do Tesouro, em depósitos em instituições financeiras e em caixa, no total de 21.656.558,89 euros o **Imobilizado**, que ascende a 12.429.824,59 euros e os **Acréscimos e Diferimentos**, no total de 3.851.519,28 euros correspondem à quase totalidade do ativo líquido, cujo montante ascende a 38.917.662,87 euros.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Ao nível das **Existências**, foram constituídas provisões para depreciação de existências num total de 71.057,23 euros, em que 9.841,11 euros correspondem à provisão relativa à Revista do Tribunal de Contas e 61.216,12 euros dizem respeito à provisão associada aos bens adquiridos e destinados a consumo interno.

Para melhor compreensão e análise da evolução do património verificada no período 2015-2016 foram elaborados os quadros n.º VIII - *Comparação do ativo líquido* e n.º IX - *Comparação dos fundos próprios e passivo* onde se apresenta, em termos absolutos e percentuais, a variação referida anteriormente.

2.1.1. Ativo Líquido

QDR VIII		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2016	2015	VARIACÃO	
		ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	ABS.	%
ATIVO					
IMOBILIZADO					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
433	Propriedade Industrial e Outros Direitos	28.452,75	44.442,61	-15.989,86	-35,98%
		28.452,75	44.442,61	-15.989,86	-35,98%
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
421	Terrenos e Recursos Naturais	2.953.036,82	2.953.036,82	0,00	0,00%
422	Edifícios e Outras Construções	7.787.234,03	7.886.064,32	-98.830,29	-1,25%
423	Equipamento Básico	407.348,60	363.327,16	44.021,64	12,12%
424	Equipamento de Transporte	5.940,16	9.334,53	-3.394,37	-36,36%
425	Ferramentas e Utensílios	0,00	0,00	0,00	0,00%
426	Equipamento Administrativo	91.036,14	69.136,45	21.899,69	31,68%
429	Outras Imob. Corpóreas	1.156.775,89	1.153.783,26	2.982,63	0,26%
442	Imobilizações em curso	0,00	4.774,10	-4.774,10	-100,00%
		12.401.371,84	12.439.466,64	-38.094,80	-0,31%
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
4141	Terrenos e Recursos Naturais	23.692,90	23.692,90	0,00	0,00%
4142	Edifícios e Outras Construções	45.522,37	46.416,43	-894,06	-1,93%
		69.215,27	70.109,33	-894,06	-0,02
CIRCULANTE					
EXISTÊNCIAS					
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	46.192,23	58.354,01	-12.161,78	-20,84%
32	Mercadorias	5.777,45	5.311,65	465,80	8,77%
		51.969,68	63.665,66	-11.695,98	-18,37%
DIVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO					
211	Clientes C/C	45,87	199,27	-153,40	-76,98%
212	Contribuintes C/C	843.551,80	660.006,78	183.545,02	27,81%
218	Clientes, Cont. e Utentes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00%
221	Fornecedores C/C	0,00	0,00	0,00	0,00%
229	Adiantamento a fornecedores	321,94	2,87	319,07	11117,42%
24	Estado e outros Entes Públicos	4.149,44	4.149,44	0,00	0,00%
262	Pessoal - Outras Operações	1.159,60	917,66	241,74	26,34%
268	Outros Devedores Diversos	9.346,51	2.415,88	6.930,63	286,88%
		858.575,18	667.692,10	190.883,06	28,59%
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS					
153	Títulos da Dívida Pública	0,00	1.300.000,00	-1.300.000,00	-100,00%
		0,00	1.300.000,00	-1.300.000,00	-100,00%
CONTA NO TESOURO, DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E CAIXA					
13	Contas no Tesouro	21.647.843,11	20.154.086,34	1.493.756,77	7,41%
12	Depósitos em Instituições Financeiras	5.541,24	5.411,82	129,42	2,39%
11	Caixa	3.174,54	2.090,00	1.084,54	51,89%
		21.656.558,89	20.161.588,16	1.494.970,73	7,41%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
271	Acréscimos de proveitos	3.743.714,18	4.123.678,45	-379.964,27	-9,21%
272	Custos diferidos	107.805,10	103.529,84	4.275,26	4,13%
		3.851.519,28	4.227.208,29	-375.689,01	-8,89%
TOTAL DO ATIVO					
		38.917.662,87	38.974.172,79	-56.509,92	-0,14%



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Da análise do quadro n.º VIII constata-se que o ativo líquido teve uma diminuição de 56.509,92 euros, comparativamente ao apurado no exercício de 2015, correspondendo a uma variação negativa de 0,14%.

Relativamente ao **Imobilizado**, verifica-se um decréscimo de 35,98% no valor do Imobilizado incorpóreo e de 0,31% no Imobilizado corpóreo. No que concerne a este último a variação resulta da redução registada na grande maioria dos bens que o compõem, de onde se destacam as referentes ao *Equipamento de Transporte* (-36,36%) e às *Imobilizações em curso* (-100%).

O exercício de 2016 reflete ainda processos de abate ao ativo imobilizado do Tribunal de Contas, num total de 1.165.914,49 euros. De referir que o valor líquido dos bens abatidos se cifrava em 324,07 euros.

2.1.2. Fundos Próprios e Passivo

A composição dos **Fundos Próprios e Passivo**, pode analisar-se pela observação do quadro n.º IX, em que os Fundos Próprios correspondem a 33.461.608,34 euros e o Passivo a 5.456.054,53 euros, dos quais 235.576,95 euros são relativos a **Dívidas a Terceiros** e 5.213.381,58 euros referem-se a **Acréscimos e Diferimentos**.

QDR IX		(em euros)			
CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	2016	2015	ABS.	%
FUNDOS PRÓPRIOS					
51	Património	18.961.949,76	18.961.949,76	0,00	0,00%
575	Subsídio	0,00	0,00	0,00	0,00%
576	Doações	71.743,65	72.793,44	-1.049,79	-1,44%
577	Reservas Dec. Transf. Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00%
579	Outras	0,00	0,00	0,00	0,00%
59	Resultados Transilados	14.426.104,58	13.695.356,22	730.748,36	5,34%
88	Resultado Líquido do Exercício	1.810,35	727.719,95	-725.909,60	-99,75%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS		33.461.608,34	33.457.819,37	3.788,97	0,01%
PASSIVO					
29	Provisões para Riscos e Encargos	7.096,00	7.137,37	-41,37	-0,58%
		7.096,00	7.137,37	-41,37	-0,58%
DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO					
221	Fornecedores C/C	115.568,71	107.378,72	8.189,99	7,63%
228	Fornecedores - Facturas Recep. e Conf.	67.105,32	84.026,59	-16.921,27	-20,14%
2611	Fornecedores de Imobilizado C/C	0,00	4.774,10	-4.774,10	-100,00%
24	Estado e outros Entes Públicos	23.959,22	17.180,21	6.779,01	39,46%
262	Remunerações a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00%
267	Consultores, Assesores	3.269,75	0,00	3.269,75	0,00%
268	Outros credores diversos	25.673,95	12.704,80	12.969,15	102,08%
		235.576,95	226.064,42	9.512,53	4,21%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
273	Acréscimos de custos	3.363.965,16	3.408.400,76	-44.435,58	-1,30%
274	Proveitos diferidos	1.849.416,40	1.874.750,87	-25.334,47	-1,35%
		5.213.381,58	5.283.151,63	-69.770,05	-1,32%
TOTAL DO PASSIVO		5.456.054,53	5.516.353,42	-60.298,89	-1,09%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO		38.917.662,87	38.974.172,79	-56.509,92	-0,14%



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Para o aumento dos fundos próprios (3.788,97 euros) contribuiu, o aumento dos resultados transitados, no montante de 730.748,36 euros, tendo sido este aumento parcialmente anulado com a diminuição do resultado líquido do exercício no montante de 725.909,60 euros.

2.2. Demonstração de Resultados

O quadro n.º X evidencia os custos e proveitos segundo a sua natureza, tendo por finalidade o apuramento dos resultados do exercício económico em análise, bem como a sua comparação com o exercício de 2016.

QDR X (em euros)

CÓDIGO de CONTAS	DESIGNAÇÃO	EXERCÍCIOS			
		2016		2015	
CUSTOS E PERDAS					
61	Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	98.134,19	98.134,19	101.150,18	101.150,18
62	Fornecimentos e Serviços Externos		2.219.167,03		2.252.146,34
64	Custos com o Pessoal				
641 + 642	Remunerações do pessoal	18.997.500,97		18.586.071,83	
643	Pensões	8.737,29		8.742,44	
645	Encargos sobre Remunerações	4.255.856,92		4.174.313,91	
646	Seguros de Acidentes de Trabalho	4.017,89		5.985,36	
647	Encargos Sociais Voluntários	0,00		0,00	
648	Outros Custos com o Pessoal	20.757,61	23.286.870,68	28.422,78	22.803.536,32
63	Transferências Correntes Concedidas Prestações Sociais	0,00	0,00		0,00
66	Amortizações de Exercício	648.979,06		618.528,22	
67	Provisões do Exercício	20.267,02	669.246,08	50.872,58	669.400,80
65	Outros Custos e Perdas Operacionais		42.049,11		40.294,86
	(A)		26.315.487,09		25.866.528,50
68	Custos e Perdas Financeiras		1.340,38		1.177,91
	(C)		26.316.827,47		25.867.706,41
69	Custos e Perdas Extraordinárias		371.976,72		579.718,36
	(E)		26.688.804,19		26.447.424,77
86	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		0,00		0,00
	(G)		26.688.804,19		26.447.424,77
88	Resultado Líquido do Exercício		1.810,35		727.719,95
			26.690.614,54		27.175.144,72
PROVEITOS E GANHOS					
71	Vendas e Prestações de Serviços	628,94	628,94	1.085,70	1.085,70
72	Impostos e Taxas	6.670.907,71		6.972.776,43	
73	Proveitos Suplementares	35.248,41		46.555,67	
74	Transferências e Subsídios Correntes Obtidos:	0,00			
741	Transferências - Tesouro	0,00		0,00	
742	Transferências Correntes Obtidas	19.633.741,28		19.934.089,08	
76	Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	26.872,24	26.366.769,64	9.054,75	26.962.477,93
	(B)		26.367.398,58		26.963.563,63
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		14.600,53		33.117,32
	(D)		26.381.999,11		26.996.680,95
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários		308.615,43		178.463,77
	(F)		26.690.614,54		27.175.144,72
Resumo:					
Resultados operacionais: (B) - (A) =			51.911,49		1.097.035,13
Resultados financeiros: (D) - (B) - (C) - (A) =			13.260,15		31.939,41
Resultados correntes: (D) - (C) =			65.171,64		1.128.974,54
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =			1.810,35		727.719,95
Resultado líquido do exercício (F) - (G) =			1.810,35		727.719,95

Da análise da demonstração de resultados conclui-se que o total dos **Custos e Perdas** em 2016 ascendeu a 26.688.804,19 euros, dos quais 26.315.487,09 euros dizem respeito a custos e perdas operacionais, 1.340,38 euros são de natureza financeira e os restantes 371.976,72 euros de natureza extraordinária.



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Relativamente aos **Custos e perdas operacionais**, destacam-se os **Custos com o Pessoal** que correspondem a 88,49% do seu total (23.286.870,68 euros). As remunerações do pessoal (18.997.500,97 euros) correspondem à quase totalidade dos custos com o pessoal, tendo sofrido um aumento de 411.429,14 euros face ao montante apurado no ano anterior.

Este acréscimo, justifica-se fundamentalmente pela extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Os **Custos e Perdas Extraordinários**, no total de 371.976,72 euros, englobam as perdas apuradas em existências e imobilizado, as correções relativas a exercícios anteriores e outros custos e perdas extraordinários, entre os quais a redução de proveitos especializados em sede de verificação interna de contas.

Os **Proveitos e Ganhos** de 2016, inferiores em -1,78% (-484.530,18 euros) ao apurado no exercício anterior, correspondem a 26.690.614,54 euros dos quais 26.367.398,58 euros respeitam a proveitos e ganhos operacionais e 14.600,53 euros a proveitos e ganhos de natureza financeira, relativos aos juros recebidos pelas aplicações em Certificados Especiais de Dívida emitidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP-E.P.E.

O montante de 308.615,43 euros relativo a **Proveitos Extraordinários** é essencialmente justificado pela redução de provisões anteriormente constituídas ao nível de bens de consumo e de clientes, pela anulação da especialização efetuada em anos anteriores no âmbito de despesas com pessoal, na qual se incluem a anulação de encargos devidos pelo fim pela comissão de serviço e cessação de funções de Juizes Jubilados, e ainda na sequência do registo de amortizações efetuadas aos bens doados em 2016.

A conjugação dos fatores referenciados, contribuiu para o apuramento de um **Resultado Líquido** de 1.810,35 euros.

2.3. Outras Observações

2.3.1. Dívidas de Terceiros

QDR XI

(em euros)

DÍVIDA DE TERCEIROS	Anteriores a 2014		2014		2015		2016		TOTAL	
		%		%		%		%		%
Emolumentos	44.022,51	99,83%	39.086,58	100,00%	66.500,00	100,00%	742.107,41	99,99%	891.716,50	99,98%
Fiscalização prévia e concomitante	17.511,38	39,71%	10.963,03	28,05%	4.417,36	6,64%	133.481,48	17,98%	166.373,25	18,65%
Verificação interna de contas	25.200,82	57,15%	25.984,27	66,48%	60.055,35	90,31%	488.896,74	65,87%	600.137,18	67,29%
Auditorias / VEC	0,00	0,00%	137,31	0,35%	0,00	0,00%	107.903,10	14,54%	108.040,41	12,11%
Outros	1.310,31	2,97%	2.001,97	5,12%	2.027,29	3,05%	11.826,09	1,59%	17.165,66	1,92%
Outras tipologias	73,79	0,17%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	92,35	0,01%	166,14	0,02%
TOTAL DA DÍVIDA	44.096,30	100,00%	39.086,58	100,00%	66.500,00	100,00%	742.199,76	100,00%	891.882,64	100,00%
		4,94%		4,38%		7,46%		83,22%		100,00%



Tribunal de Contas

Direção - Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Do total da dívida de terceiros a 31 de dezembro, 83,22% resultam da liquidação de receita no exercício de 2016, existindo 11,84% de receita por cobrar dos exercícios de 2014 e 2015 e os restantes 4,94% constituem dívida de receita reconhecida em anos anteriores a 2014.

Do total da dívida de terceiros resultante da atividade de fiscalização do Tribunal de Contas, 67,29% resulta de verificação interna de contas, 18,65% da fiscalização prévia e concomitante e 12,11% de auditorias/verificação externa de contas, com um total de 600.137,18 euros, 166.373,25 euros e 108.040,41 euros respetivamente, de receita emolumentar por cobrar.

2.3.2. Especialização de Proveitos

QDR XII (em euros)

Código Contas	Designação	Saldo Inicial 01-01-2016	Aumento	Redução	Saldo Final 31-12-2016
2.7.1.1.	Acréscimo de proveitos - Juros a receber	629,06	11.668,33	12.297,39	0,00
2.7.1.2.2	Acréscimo de proveitos - Impostos e taxas	4.117.814,88	1.928.138,47	2.305.157,07	3.740.796,28
2.7.1.3.	Acréscimo de proveitos - Proveitos suplementares	5.150,56	1.562,39	5.150,56	1.562,39
2.7.1.6.	Acréscimo de proveitos - Outros Proveitos Ganhos Operacionais	83,95	867,06	83,95	867,06
2.7.1.9.	Acréscimo de proveitos - Outros extraordinários	0,00	488,45	0,00	488,45
	Total	4.123.678,45	1.942.724,70	2.322.688,97	3.743.714,18

As demonstrações financeiras do Tribunal apresentam em especialização de proveitos a 31.12.2016 um saldo de 3.743.714,18 euros, sendo que o montante de 3.740.796,28 euros encontra-se associado a processos que podem dar origem à fixação de emolumentos. Assim, relativamente ao processo de especialização de proveitos do exercício de 2016, foi reconhecido o total de 1.942.724,70 euros.

2.3.3. Evolução de Custos com Fornecimentos e Serviços Externos

QDR XIII (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2014		2015		2015 / 2014		2016		2016 / 2015	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)	Custos reconhecidos (5)	%	Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Deslocações e estadas	221.782,28	9,96%	194.400,36	8,63%	-27.381,92	-12,35%	227.481,75	10,25%	33.081,39	17,02%
Transportes - nacional	103.018,01		98.742,70		-4.275,31	-4,15%	111.808,96		13.066,26	13,23%
Transportes - estrangeiro	64.016,79		67.395,69		3.378,90	5,28%	61.946,19		-5.449,50	-8,09%
Alojamento - nacional	29.946,37		13.133,65		-16.812,72	-56,14%	27.769,60		14.635,95	111,44%
Alojamento - estrangeiro	24.801,11		15.128,32		-9.672,79	-39,00%	25.957,00		10.828,68	71,58%
Comunicações	160.882,22	7,22%	142.452,62	6,33%	-18.429,60	-11,46%	133.174,96	6,00%	-9.277,66	-6,51%
Fixas	40.460,32		36.499,42		-3.960,90	-9,79%	32.125,46		-4.373,96	-11,98%
Móveis	21.063,40		15.381,95		-5.681,45	-26,97%	14.988,12		-393,83	-2,56%
De dados	32.477,35		22.800,94		-9.676,41	-29,79%	22.161,02		-639,92	-2,81%
Correios	40.013,85		41.230,69		1.216,84	3,04%	36.209,85		-5.020,84	-12,18%
Outras	26.867,30		26.539,62		-327,68	-1,22%	27.690,51		1.150,89	4,34%
Conservação e reparação	550.981,60	24,74%	524.485,06	23,29%	-26.496,54	-4,81%	495.289,73	22,32%	-29.195,33	-5,57%
Edifícios	33.449,97		65.614,65		32.164,68	96,16%	46.924,55		-18.690,10	-28,48%
Equipamento básico e administrativo	353.062,53		345.501,46		-7.561,07	-2,14%	339.402,56		-6.098,90	-1,77%
Viaturas	16.549,70		6.279,04		-10.270,66	-62,06%	3.075,83		-3.203,21	-51,01%
Outras	147.919,40		107.089,91		-40.829,49	-27,60%	105.886,79		-1.203,12	-1,12%
Encargos das instalações	660.453,78	29,66%	659.679,12	29,29%	-774,66	-0,12%	722.920,62	32,58%	63.241,50	9,59%
Electricidade	183.145,32		169.599,14		-13.546,18	-7,40%	163.860,76		-5.738,38	-3,38%
Água	13.743,74		13.245,10		-498,64	-3,63%	14.041,09		795,99	6,01%
Segurança	254.184,44		248.953,18		-5.231,26	-2,06%	314.400,85		65.447,67	26,29%
Limpeza	209.380,28		227.881,70		18.501,42	8,84%	230.617,92		2.736,22	1,20%
Trabalhos especializados	359.460,47	16,14%	401.797,98	17,84%	42.337,51	11,78%	461.002,86	20,77%	59.204,88	14,73%
Formação	26.686,15		57.365,65		30.679,50	114,96%	26.460,88		-30.904,77	-53,87%
Rendas - Outros bens	42.376,58		75.275,78		32.899,20	77,64%	67.666,52		-7.609,26	-10,11%
Outros fornecimentos e serviços externos	204.382,20		196.689,77		-7.692,43	-3,76%	85.189,71		-111.500,06	-56,69%
TOTAL	2.227.005,28	100,00%	2.252.146,34	100,00%	25.141,06	1,13%	2.219.187,03	100,00%	-32.959,31	-1,46%



Tribunal de Contas

Direção-Geral

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Em termos globais os custos com o fornecimento de bens e serviços apresenta um decréscimo de 1,46% face ao exercício de 2015, correspondente ao montante de 32.959,31 euros, verificando-se uma redução na maior parte dos custos comparativamente ao ano anterior, excetuando-se os custos com deslocações e estadas, com os encargos com as instalações e trabalhos especializados.

Verifica-se que os encargos com as instalações são as que apresentam o maior peso, correspondendo a 32,58% do total dos custos reconhecidos neste período.

2.3.4. Evolução de Custos com Pessoal

QDR XIV (em euros)

CUSTOS RECONHECIDOS	2014		2015		2015 / 2014		2016		2016 / 2015	
	Custos reconhecidos (1)	%	Custos reconhecidos (2)	%	Variação		Custos reconhecidos (5)	%	Variação	
					Abs. (3) = (2) - (1)	% (4) = (3)/(1)			Abs. (6) = (5) - (2)	% (7) = (6)/(2)
Remunerações	17.539.247,49	74,20%	16.931.909,80	74,25%	-607.337,69	-3,46%	17.355.955,32	74,53%	424.045,52	2,50%
Remuneração base	14.341.421,10	60,67%	13.882.124,82	60,88%	-459.296,28	-3,20%	14.309.324,03	61,45%	427.199,21	3,08%
Subsídio de refeição	482.403,20	2,04%	485.282,83	2,13%	2.879,63	0,60%	481.834,09	2,07%	-3.448,74	-0,71%
Subsídio de férias e de Natal	2.553.614,35	10,80%	2.418.652,99	10,61%	-134.961,36	-5,29%	2.417.703,63	10,38%	-949,36	-0,04%
Trabalho extraordinário	93.540,30	0,40%	81.179,53	0,36%	-12.360,77	-13,21%	81.182,21	0,35%	2,68	0,00%
Maternidade e paternidade	15.402,10	0,07%	14.878,50	0,07%	-523,60	-3,40%	17.882,52	0,08%	3.004,02	20,19%
Representação	52.866,44	0,22%	49.791,13	0,22%	-3.075,31	-5,82%	48.028,84	0,21%	-1.762,29	-3,54%
Encargos sociais	4.432.258,69	18,75%	4.174.313,91	18,31%	-257.944,78	-5,82%	4.255.019,37	18,27%	80.705,46	1,93%
ADSE	187.493,88	0,79%	8,52	0,00%	-187.485,36	-100,00%	0,00	0,00%	-8,52	-100,00%
Caixa Geral de Aposentações	4.049.654,68	17,13%	3.992.629,07	17,51%	-57.025,61	-1,41%	4.033.319,67	17,32%	40.690,60	1,02%
Segurança Social	195.110,13	0,83%	181.676,32	0,80%	-13.433,81	-6,89%	221.699,70	0,95%	40.023,38	22,03%
Outros custos com o pessoal	1.666.297,92	7,05%	1.697.312,61	7,44%	31.014,69	1,86%	1.675.895,99	7,20%	-21.416,62	-1,26%
Ajudas de custo - Nacional	39.196,50	0,17%	36.014,61	0,16%	-3.181,89	-8,12%	41.253,06	0,11%	5.238,45	14,55%
Ajudas de custo - Estrangeiro	37.715,09	0,16%	33.618,19	0,15%	-4.096,90	-10,86%	24.768,72	0,01%	-8.849,47	-26,32%
Despesas de Saúde	2.270,77	0,01%	2.374,96	0,01%	104,19	4,59%	2.897,07	6,66%	522,11	21,98%
Sub. compensação e supl. disponibilidade permanente	1.510.182,20	6,39%	1.538.851,33	6,75%	28.669,13	1,90%	1.551.453,72	6,66%	12.602,39	0,82%
Outros custos	76.933,36	0,33%	86.453,52	0,38%	9.520,16	12,37%	55.523,42	0,24%	-30.930,10	-35,78%
TOTAL	23.637.804,10	100,00%	22.803.536,32	100,00%	-834.267,78	-3,53%	23.286.870,68	100,00%	483.334,36	2,12%

Os custos com o pessoal sofreram um aumento de 2,12% face a ano transato, justificando-se fundamentalmente pela extinção da redução remuneratória, prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, nos termos do artigo 2º da Lei n.º 159-A/2015, de 30 de dezembro.

Lisboa, em 21 de maio de 2017.

O Diretor-Geral,

CONTROLO ORÇAMENTAL DA RECEITA CONSOLIDADO

Período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2016

Prg	Med	Classificação Económica		Previsões	Receitas por cobrar	Receitas	Receitas	Receitas emitidas anuladas	Receitas Cobradas Brutas			Reembolsos e restituições		Receita cobrada líquida	Receitas por cobrar no final do ano	Grau de execução orçamental da receita
		Código	Descrição						Corrigidas	no início do ano	Emitidas	Liquidadas	Ano			
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12) = (10) + (11)	(13)	(14)	(15)	(16)	(17)
001	001	R.99.99.98.00.00	FIN. DOT. ORC. - CORRENTES	20.369.210,00	0,00	19.633.876,58	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	0,00	19.633.876,58	0,00	96,39
Total medida 001				20.369.210,00	0,00	19.633.876,58	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	0,00	19.633.876,58	0,00	96,39
Total programa 001				20.369.210,00	0,00	19.633.876,58	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	0,00	19.633.876,58	0,00	96,39
Total Fonte Financiamento: 111				20.369.210,00	0,00	19.633.876,58	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	19.633.876,58	0,00	0,00	19.633.876,58	0,00	96,39
001	001	R.04.01.01.A0.00	TAXAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.04.01.99.A0.00	TAXAS	6.186.681,00	750.361,38	6.867.064,94	6.685.171,49	40.549,73	6.100.419,23	584.752,26	6.685.171,49	4.059,66	4.059,66	6.681.111,83	891.705,10	107,99
001	001	R.04.02.01.00.00	JUROS MORA	100,00	0,00	26,63	15,23	0,00	15,23	0,00	15,23	0,00	0,00	15,23	11,40	15,23
001	001	R.04.02.01.A0.00	MULTAS E OUTRAS PENA-	300,00	306,00	261,79	567,79	0,00	261,79	306,00	567,79	0,00	0,00	567,79	0,00	189,26
001	001	R.05.03.01.10.30	GESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	21.700,00	0,00	11.397,19	11.397,19	0,00	11.397,19	0,00	11.397,19	0,00	0,00	11.397,19	0,00	52,52
001	001	R.07.01.02.A0.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	7.000,00	257,87	628,94	736,32	0,00	582,92	153,40	736,32	0,00	0,00	736,32	150,49	10,52
001	001	R.07.01.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS	2.000,00	0,00	1.585,85	1.585,85	0,00	1.585,85	0,00	1.585,85	0,00	0,00	1.585,85	0,00	79,29
001	001	R.07.02.05.A0.00	VENDA DE BENS E SERVIÇOS -	550,00	729,15	0,00	165,37	0,00	0,00	165,37	165,37	0,00	0,00	165,37	563,78	30,07
001	001	R.08.01.99.A0.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	30.000,00	0,00	16.406,73	16.391,08	0,00	16.391,08	0,00	16.391,08	0,00	0,00	16.391,08	15,65	54,64
001	001	R.08.01.99.99.01	ORG.ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	20.455,00	0,00	46.133,78	46.133,78	0,00	46.133,78	0,00	46.133,78	0,00	0,00	46.133,78	0,00	225,54
001	001	R.08.01.99.99.06	ORG.ENCARGOS GERAIS DO ESTADO-OUTRAS	50,00	0,00	30,00	30,00	0,00	30,00	0,00	30,00	0,00	0,00	30,00	0,00	60,00
001	001	R.09.04.04.A0.00	VENDA DE BENS DE INVENTARIO	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
001	001	R.15.01.01.00.00	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	2.100,00	918,64	1.361,26	1.753,36	0,00	1.062,91	690,45	1.753,36	0,00	0,00	1.753,36	526,54	83,49
Total medida 001				6.272.436,00	752.573,04	6.944.897,11	6.763.947,46	40.549,73	6.177.879,98	586.067,48	6.763.947,46	4.059,66	4.059,66	6.759.887,80	892.972,96	107,77
Total programa 001				6.272.436,00	752.573,04	6.944.897,11	6.763.947,46	40.549,73	6.177.879,98	586.067,48	6.763.947,46	4.059,66	4.059,66	6.759.887,80	892.972,96	107,77
Total Fonte Financiamento: 510				6.272.436,00	752.573,04	6.944.897,11	6.763.947,46	40.549,73	6.177.879,98	586.067,48	6.763.947,46	4.059,66	4.059,66	6.759.887,80	892.972,96	107,77
001	001	R.16.01.01.00.00	SALDO GERÊNCIA ANTERIOR	21.436.998,00	0,00	21.436.995,93	21.436.995,93	0,00	1.880.696,83	19.556.299,10	21.436.995,93	0,00	0,00	21.436.995,93	0,00	100,00
Total medida 001				21.436.998,00	0,00	21.436.995,93	21.436.995,93	0,00	1.880.696,83	19.556.299,10	21.436.995,93	0,00	0,00	21.436.995,93	0,00	100,00
Total programa 001				21.436.998,00	0,00	21.436.995,93	21.436.995,93	0,00	1.880.696,83	19.556.299,10	21.436.995,93	0,00	0,00	21.436.995,93	0,00	100,00
Total Fonte Financiamento: 520				21.436.998,00	0,00	21.436.995,93	21.436.995,93	0,00	1.880.696,83	19.556.299,10	21.436.995,93	0,00	0,00	21.436.995,93	0,00	100,00
001	001	R.06.03.07.A0.01	TRANSF.COR. - A.C. - SFA	0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73	
Total medida 001				0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73
Total programa 001				0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73
Total Fonte Financiamento: 540				0,00	1.686,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.686,73
Total por organismo: 5208				48.078.644,00	754.259,77	48.015.769,62	47.834.819,97	40.549,73	27.692.453,39	20.142.366,58	47.834.819,97	4.059,66	4.059,66	47.830.760,31	894.659,69	99,48

Liisboa, em 21 de maio de 2017
O Diretor-Geral

